

Universidade de São Paulo
Instituto de Relações Internacionais

RUICHEN ZHENG

**A PERCEPÇÃO ACADÊMICA CHINESA SOBRE O BRASIL E A RELAÇÃO
BILATERAL:**

Um estudo de dez maiores periódicos chineses (2003-2012)

São Paulo
2014

RUICHEN ZHENG

Financiada pelo Programa CNPq

**A PERCEPÇÃO ACADÊMICA CHINESA SOBRE O BRASIL E A RELAÇÃO
BILATERAL:**

Um estudo de dez maiores periódicos chineses (2003-2012)

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade de São Paulo como requisito
para obtenção do título de Mestre em
Relações Internacionais.

Orientadora: Maria Hermínia Tavares de
Almeida

São Paulo

2014

Índice.

1. Introdução.....	4
1.1. Retrato Geral da Relação Bilateral: uma Intimidade com o Desconhecido.....	7
2. Revisão Bibliográfica.....	11
2.1 O Estudo de Relações Internacionais na China: Desenvolvimento Histórico, Temas de Estudo.....	11
2.1.1 Relações com Grandes Potências e Estratégia Internacional.....	18
2.1.2 Segurança Nacional e Segurança Internacional.....	19
2.1.3 Estudo de área (<i>area study</i>).....	20
2.1.4 Organizações Internacionais.....	20
2.1.5 Regime Internacional.....	21
2.1.6 Economia Política Internacional.....	21
2.1.7 Soberania, Direitos Humanos e Intervenção Humanitária.....	21
2.1.8 Globalização e Governança Global.....	22
2.2 Os <i>Think Tanks</i> na China: Classificação, Funções e Relação com as Políticas Externas.....	25
3. Seleção de Casos e Descrição dos Periódicos.....	33
3.1 Economia e Política Mundial (EPM).....	35
3.2 Estudos Internacionais (EI).....	36
3.3 Revisão de Assuntos Estrangeiros (RAE).....	36
3.4 Relações Internacionais Contemporâneas (RIC).....	37
3.5 Estudos sobre América Latina (EAL).....	37

3.6 Fórum Internacional (FI).....	38
3.7 Revisão Internacional (RI).....	38
3.8 Economia Mundial (EM).....	39
3.9 Estudo de Economia Mundial (EEM).....	39
3.10 Revisão da Economia Internacional (REI).....	39
4. Resultado Quantitativo de Periódicos.....	41
5. Revisão da Perspectiva Acadêmica Chinesa.....	49
6. Conclusão.....	58
7. Referências.....	61
Anexo I.....	64
Anexo II.....	65
Anexo III.....	67
Anexo IV.....	69
Anexo V.....	70
Anexo VI.....	73

Glossário de Siglas das Instituições Chinesas

ACSC-Academia de Ciências Sociais da China

ACSX-Academia de Ciências Sociais de Xangai

CCPC-Comitê Central do Partido Comunista

CEB-Centro de Estudos Brasileiros

CPCN-Centro de Pesquisas do Conselho Nacional

IEAL-Instituto de Estudos sobre América Latina

IEAP-Instituto de Estudos sobre Ásia-Pacífica

IEIC-Instituto de Estudos Internacionais da China

IEIX-Instituto de Estudos Internacionais de Xangai

IEPM-Instituto da Economia e Política Mundial

IRICC-Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China

MRE-Ministério de Relações Exteriores

SEMC-Sociedade da Economia Mundial da China

UAE-Universidade de Assuntos Estrangeiros

UEEP-Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim

UEIX-Universidade de Estudos Internacionais de Xangai

1. Introdução.

Este trabalho tem por objetivo principal estudar especificamente a percepção da academia chinesa em relação ao Brasil, bem como a relação entre os dois países. A análise tem por base a utilização de dados retirados de fontes chinesas.

A presente dissertação pretende não apenas oferecer uma contribuição bibliográfica acerca da relação China-Brasil, como também explicita, aos leitores brasileiros interessados no tema – que terminam por encontrar barreira linguística relevante e dificuldade de acesso às informações – a perspectiva chinesa. A justificativa para esta abordagem é principalmente a crença de que uma relação consistente e próxima entre países deve ter por base um bom conhecimento mútuo – o que pode ser alcançado tanto pelo acesso a informação necessária quanto pela compreensão de como este é enxergado no cenário internacional.

A ideia original de deslocar o foco do presente texto para a dimensão acadêmica decorre do fato de que a população em geral, não familiarizada com a experiência e conhecimento necessários, terminaria por conduzir a informações não tão precisas como aquelas fornecidas por especialistas na área. Além disso, como será apresentado na parte da revisão bibliográfica, a opinião da academia/*think tanks* (TTs) têm influências relevantes na formação das políticas externas. Justifica-se, assim, a via escolhida pela presente pesquisa, cujo cerne desenrola-se a partir das seguintes perguntas: o Brasil é um tema valorizado pelos pesquisadores chineses? Se sim, qual é o grau de importância atribuído ao país? Como as pesquisas acadêmicas tratam o Brasil e, mais especificamente, a relação sino-brasileira?

Este trabalho consiste na análise de dez revistas acadêmicas chinesas na esfera de política/economia internacional, elaboradas por TTs consagrados – abrangendo instituições governamentais, universidades e entidades de pesquisa – cujas publicações passam por seleção criteriosa e que representam a visão predominante no campo estudado. Por tanto, além de realizar um estudo quantitativo e descritivo a partir dos artigos publicados também apresentará de forma geral a disciplina

Relações Internacionais e TTs da China a fim de facilitar a compreensão do contexto.

Em termos de metodologia, a seleção dos periódicos é feita por dois critérios: “Periódico Central” (nacional)¹ e “Fator de Impacto” (Internacional),² ambos estão relacionados à frequência de citação – que aponta normalmente a influência de uma revista no meio acadêmico. O resultado final pode ser obtido da seguinte forma: conforme o “Índice do Periódico Central (PC) das Ciências Sociais e Humanas (2013)”, a fonte importante da denominação do PC, lançado anualmente pelo Centro de Pesquisa de Bibliometria e Avaliação Científica da Academia de Ciências Sociais da China, 484 periódicos de disciplinas diferentes foram escolhidos no ano de 2013, dentre os quais, 22 inserem-se na categoria “Política Mundial” e 8 em “Economia Mundial”.³ Dentre os 30 periódicos, desconsidera-se aqueles com foco em determinado país ou região, e.g. “Estudo sobre Europa” e “Economia Ásia-Pacífico”. Por fim, seleciona-se os 10 periódicos que apresentam maiores notas no quesito Fator de Impacto (FI). Chega-se, assim, ao resultado composto por 7 periódicos de “Política Mundial” e 3 de “Economia Mundial”.

Considerações Necessárias:

O “Estudo sobre América Latina” (EAL) foi um caso especial, que diz respeito a uma região específica, tampouco possui um índice FI alto o suficiente para entrar na análise. No entanto, a sua significância é vital para esta pesquisa, pois se trata de publicação de autoria do Instituto de Estudos sobre América Latina. O EAL, fruto dessa iniciativa que é a primeira e única do tipo na China é, atualmente, o periódico

¹ São revistas do nível acadêmico mais elevado, ou seja, trata-se de uma referência essencial para a avaliação de muitas atividades acadêmicas. A candidatura a cargo superior nas unidades acadêmicas, o depósito de projetos de pesquisa e a qualificação de defesa de doutorado precisam estar associados à publicação de pelo menos um artigo nos periódicos referidos. Trata-se de publicações-chave no campo específico, sendo bastante citadas pela comunidade acadêmica.

² Verifique-se o Anexo I.

³Para mais informações, consultar a página:
<http://www.csstoday.net/xueshuzixun/guoneixinwen/84825.html> (último acesso em 8 de agosto de 2014).

específico à região. Não bastasse isso, é preciso ter em mente que, além de representar a qualidade do periódico, o valor FI variaria de acordo com a forma que o tema é estudado. Ou seja, quando se trata de tema de alto interesse, é bastante provável que o FI seja maior.⁴

Ademais, o FI não é o melhor método para efetuar a coleta das amostras – há uma discussão relevante acerca das suas vantagens e desvantagens nesse sentido.⁵ Contudo, esta pesquisa decidiu utilizá-lo, além de considerar o resultado daí advindo – pelo menos aqui – confiável o suficiente. Isso porque tanto os TTs quanto os periódicos têm a sua veracidade e valor comprovados em razão de pesquisas já existentes.⁶

O período selecionado para a análise compreendeu entre 2003 e 2012. Os motivos dessa escolha são: há certa dificuldade para adquirir dados completos após 2012; dez anos é um período suficientemente longo para a observação; o tempo disponível para esta pesquisa é restrito. Por isso, o levantamento toma como ponto de partida o ano de 2003, quando a relação bilateral entre Brasil e China tornou-se mais significativa, muito embora a parceria estratégica⁷ sino-brasileira tenha sido estabelecida já no ano de 1993, na visão de muitos autores.

⁴ O FI é influenciado por diversos fatores. Por exemplo, quando um periódico cita mais artigos da “área quente”, é mais provável que ele tenha um FI alto. Além disso, é inadequado comparar o FI entre periódicos de diferentes disciplinas. O FI é uma referência válida na avaliação da importância acadêmica de um periódico naquela mesma esfera em que se insere.

⁵ Nesse sentido, conferir o artigo de Jun Wang (2011), que trata da metodologia de avaliação dos periódicos acadêmicos.

⁶ Veja Tabela 1: “Seis Principais Periódicos de Relações Internacionais da China” (WANG, 2011); Tabela 1: “Características Chaves de TTs Selecionados” (PASCAL, 2013); <http://news.takungpao.com/mainland/vision/2013-08/1332534.html>: “Os Dez TTs Mais Influentes para as Políticas Chinesas Domésticas e Externas”. Último acesso em 8 de agosto de 2014.

⁷ Trata-se de uma das estratégias diplomáticas chinesas adotadas com o fim da Guerra Fria. O objetivo aqui era construir um relacionamento harmonioso com outros países, sendo uma forma de cooperação baseada no interesse comum e consentimento. Normalmente, parcerias são acordadas durante visitas dos líderes ao país estrangeiro, momento em que se divulga uma declaração conjunta oficial e, caso a parceria venha efetivamente a ser reconhecida, os dois países ficam obrigados a desenvolver um mecanismo multifacetado para garantir o seu andamento. De acordo com dados da página do Ministério de Relações Exteriores da República Popular da China, há 55 entes – incluindo regiões e organizações – que têm parcerias com a China no contexto da “parceria estratégica abrangente”. Além do Brasil, são parceiros a União Europeia, a Inglaterra, a França, o México, a Espanha, dentre outros.

O presente trabalho é composto por três partes. A primeira seção apresentará um quadro geral da disciplina Relações Internacionais na China, principalmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento e aos principais temas de estudo. Paralelamente, explicará também as principais funções de TTs da China – considerando que apresentam diferenças em relação aos centros ocidentais. Em seguida, tratar-se-á dos dez periódicos escolhidos, notadamente sua história e sua importância. A segunda parte do trabalho está quase que integralmente ilustrada por gráficos, contendo informações quantitativas obtidas pela análise dos periódicos. A observação, aqui, concentra-se em três aspectos: a distribuição do tema, da região e do país; a quantidade de artigos que têm o Brasil como tema e, ainda, uma comparação da quantidade dos artigos de determinados países emergentes, países da América Latina, em relação ao Brasil. A título de conclusão, far-se-á uma revisão descritiva dos artigos encontrados sobre o Brasil, apresentando qual é a imagem do Brasil aos olhos da academia chinesa, e qual o seu posicionamento acerca da relação sino-brasileira. Ao longo da apresentação de fatos e argumentos apontados nestes periódicos, serão inseridas também algumas observações próprias desta pesquisa.

1.1. Retrato Geral da Relação Bilateral: uma Intimidade com o Desconhecido.

Nos últimos dez anos, o relacionamento entre a China e o Brasil alcançou avanços significativos, por diversos motivos. Em primeiro lugar, ambos os países tiveram conquistas socioeconômicas importantes no período: a economia chinesa cresceu ao ritmo de 10% ao ano e passou a ser segunda economia no mundo, enquanto o Brasil, após praticamente 30 anos de estagnação e instabilidade econômica, voltou a ter uma economia estável e a inflação sob controle, sendo atualmente a sétima economia mundial. Em segundo lugar, depois das grandes reformas econômicas e políticas ocorridas no final da década de 70 e do movimento popular no final dos anos de 80, o ambiente político da China encontra-se atualmente em uma situação estável e, assim como o Brasil, que também viveu o fim da ditadura militar, conseguiu a estabilidade política e notáveis progressos democráticos. Em terceiro

lugar, os dois países fazem parte do grupo dos BRICS e, na qualidade de membros, não vivenciaram grandes atritos e puderam estreitar seus interesses em comum. No tocante às diretrizes diplomáticas, as estratégias adotadas por Brasil e China são semelhantes: consolidar o relacionamento tradicional com os países desenvolvidos e simultaneamente manter relações positivas com os países em desenvolvimento. Sendo assim, o crescimento econômico e a estabilidade política dos dois países, somado ao processo de globalização, contribuíram para um ambiente favorável ao desenvolvimento da relação bilateral sino-brasileira, que foi intensificada de forma substancial durante o governo Lula (ZUO, 2011). Nas palavras do ex-presidente Hu, no discurso de 2004 proferido no Congresso Nacional brasileiro em relação à parceria estratégica, “A intenção de tal parceria, além de incentivar o desenvolvimento econômico e social dos dois lados, é também favorecer um mundo pacífico e avanços mútuos”.

A rápida ascensão econômica e o aumento da influência política da China têm ganhado cada vez mais atenção brasileira, o que pode ser compreendido de várias maneiras. Um exemplo dessa atenção é o interesse crescente dos empresários brasileiros na busca de novos negócios e cooperações com sócios chineses. Além de muitas reuniões entre dirigentes de ambos os países, o Brasil está recebendo e enviando delegações oficiais de diferentes áreas – trabalho e emprego, setor comercial e setor de investimentos, por exemplo – para realizar atividades de intercâmbio na China. No ambiente acadêmico, a China costuma ser um tema bem relevante e pouco conhecido por despertar a atenção de muitos docentes e alunos, particularmente daqueles que se dedicam ao estudo de economia e política internacional. Ademais, devido à promoção realizada pelo Instituto Confúcio e algumas mídias e órgãos locais, os elementos culturais provenientes da China – como história, música, idioma e arte – têm alcançado maior visibilidade em território brasileiro.

Quanto às cooperações sino-brasileiras ao longo dos últimos anos, há dados estatísticos abrangendo diversas áreas. Como divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), de 2000 a 2012, a taxa

média de crescimento do comércio bilateral entre a China e o Brasil foi de 35,18% ao ano. Em particular, no ano de 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, o primeiro destino exportador e a segunda origem importadora.⁸ Além de terem sido visivelmente acentuadas, as cooperações comerciais mostram abundante vitalidade e complementaridade. Por outro lado, a afinidade política tem sido intensificada por constantes visitas mútuas e conversas de alto escalão entre os governos, assim como as cooperações em mecanismos multilaterais, e em assuntos internacionais, a Cúpula dos BRICS e a Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)⁹ são marcos importantes nesse contexto. E no que tange à cooperação tecnológica sino-brasileira, houve progressos consideráveis nas áreas de ciências espaciais, energia, mineração, agropecuária e aviação,¹⁰ ainda, prevê-se um futuro mais espaçoso da cooperação, como mencionado por Marco Antonio Raupp, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, na reunião da COSBAN ao final de 2013, “Na área aeroespacial, por exemplo, tivemos aprovado um plano decenal de ações conjuntas. O mesmo vai acontecer brevemente com outras áreas, como biotecnologia, nanotecnologia e parques tecnológicos”.¹¹

Entretanto, ao se encarar objetivamente uma proximidade tão expressiva como a descrita acima, é possível perceber ainda uma grande carência de conhecimento de um país em relação ao outro, mesmo que o desejo por esse conhecimento tenha crescido muito nos últimos anos. Segundo dados desta pesquisa, a bibliografia que trata de China em idioma português é, hoje em dia muito rara. Quando se trata de documentos referentes às relações internacionais, o acesso é ainda mais difícil. Essa

⁸ Os últimos dados estatísticos também são positivos. A mesma fonte traz que os fluxos comerciais entre Brasil e China, no ano de 2013, totalizaram US\$ 83,3 bilhões – refletindo um aumento de 10%, em relação ao acumulado de 2012. Cabe destacar que o ano de 2013 marcou um recorde no comércio entre os dois países, superando em 8% o antigo pico de US\$ 77,1 bilhões, em 2011.

⁹ Foi criado, em 2004, o mecanismo permanente de alto nível entre os Governos do Brasil e da China.

¹⁰<http://www.ufvjm.edu.br/site/revistamultidisciplinar/files/2011/09/Relações-sino-brasileiras-cooperação-científica-e-tecnológica.pdf>. Último acesso em 08 de agosto de 2014.

¹¹<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2013/11/brasil-e-china-avancam-na-cooperacao-em-ciencia-e-tecnologia>. Último acesso em 08 de agosto de 2014.

falta de acesso e informação pode ser um ponto bastante relevante contra o desenvolvimento dessa relação.

2. Revisão Bibliográfica.

2.1 O Estudo de Relações Internacionais na China: Desenvolvimento Histórico, Temas de Estudo.

O estudo de Relações Internacionais (RI) na China começou muito tarde. Mas mais tarde ainda ocorreu o estabelecimento da disciplina como uma disciplina autônoma. Em geral, diz-se das RI da China que se trata de uma matéria de “crescimento acelerado com o início atrasado”. Vários docentes tentam buscar a melhor forma de dividir a história do desenvolvimento por períodos, porém não há uma opinião definitiva quanto a isso. O artigo “O Estudo de Relações Internacionais da China em Transformação”¹² foi a introdução ao livro “O Estudo de Relações Internacionais da China (1995-2005)”, e trata principalmente das transformações principais da disciplina RI ao longo de 60 anos. O estudo divide a disciplina em cinco etapas, cada uma acompanhada de um retrato político e social específico.

Até 1949. Apenas um grupo de docentes nacionalistas, preocupados com o futuro do país, dedicavam-se ao estudo das RI, cujo foco principal era as políticas externas dos países ocidentais. As publicações refletiam esse tema de interesse. Pelo registro da Biblioteca Nacional, já existiam trabalhos sobre questões domésticas e internacionais de diversos tipos nesta época: material pedagógico da política mundial, monografias e dissertações de estudos internacionais, obras traduzidas ou editadas, documentos provenientes do Ministério de Relações Exteriores (MRE), livros sobre a metodologia utilizada e relatório anual. Não havia, no entanto, uma instituição com planejamento nem pesquisa qualificada, o grupo era fraco na definição dos conceitos e métodos da disciplina – tendo o nível de desenvolvimento muito atrasado se comparado com a sua contrapartida estrangeira. Nesse ponto, Wang aponta que essa estruturação era consequência da fragmentação política e da sociedade defasada no que se refere à imprensa, à educação e à própria academia.

¹² De autoria de Yizhou Wang, professor e vice-diretor do IRI da Universidade de Pequim, vice-presidente da Sociedade Nacional de Estudos Internacionais da China.

1949-1963. A conquista da independência e a recuperação da soberania foram condições fundamentais para a regularização da diplomacia chinesa em relação aos demais países, o que incentivou o estabelecimento de instituições responsáveis pelo ensino e pesquisa em RI. O melhor exemplo é a Universidade de Assuntos Estrangeiros, que no início funcionou como um instituto subordinado à Universidade do Povo e em 1995 se tornou uma faculdade independente. Destaca-se que, nesse período, a China praticava a política “inclinando-se para um lado” ou seja “*lean to one side policy*”¹³ o paradigma da União Soviética tinha influência não só no sistema político mas também na área de RI. O cerne da disciplina – desde a organização de instituições, e do eixo de estudo até o estilo de análise – tinham inspiração soviética. Apesar de enfatizar a superioridade do socialismo, a matéria estudava também a experiência do socialismo soviético, o movimento comunista internacional, a revolução do proletariado e o desenvolvimento do comunismo em determinados países. Nesse contexto, a pesquisa tinha por principal função fornecer relatórios e referências internas aos setores decisórios e executivos do governo central. Havia poucas dissertações publicadas e a pesquisa independente não era permitida nem podia ser publicada.

1963-1978. O chamado “pensamento ultra-esquerdista” predominava. Trata-se basicamente de uma continuidade do último período, mas aqui ocorre o aumento da apreciação pelos dirigentes do país em relação ao estudo de RI e a consolidação do investimento na disciplina. O agravamento da relação com a União Soviética fez com que o governo reconsiderasse sua estratégia global, e o treinamento de profissionais jovens de RI, bem como o estudo de contramedidas foram uma prioridade. Em 1963, com a aprovação do relatório “Sobre o Reforço de Trabalhos de Assuntos Exteriores” pelo ex-presidente Mao, inauguraram-se, em três universidades,¹⁴ institutos de

¹³ Normalmente identifica-se os primeiros anos da República Popular da China a partir do momento em que o país passa a se aproximar diplomaticamente da União Soviética e afastar-se dos EUA.

¹⁴ São elas: Universidade de Pequim, Universidade do Povo (Pequim) e Universidade de Fudan (Xangai). Segundo o autor, cada uma possuía um escopo próprio de pesquisa desde a sua fundação. Hoje, muito embora haja liberdade de pesquisa, cada uma das universidades é especializada no escopo

política internacional, e vários centros de pesquisa de RI foram fundados, inclusive aqueles relacionados ao Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Academia de Ciências da China (o antecessor da Academia de Ciências Sociais da China-ACSC). As pesquisas realizadas nesta época apresentavam uma linguagem revolucionária e anti-imperialista. Muito embora houvesse divergências com a União Soviética no âmbito político, a disciplina de RI na China, de forma geral, ainda seguiu a influência soviética e apresentou um crescimento lento.

1978-meados de 1990. A adoção da política “Reforma e Abertura”¹⁵ tornou a China um país mais dinâmico em termos de economia e política. Isso também causou impactos no estudo de RI. Com mais esforço a ser dedicado, o estudo foi além do eixo tradicional, que era basicamente constituído pelos países socialistas e pela tríade Ásia-África-América Latina. Nesse período ocorre a criação de instituições mais bem organizadas e as diferentes regiões chinesas desenvolveram um escopo de pesquisa particular baseado nos caracteres locais. Há, aqui, uma quantidade expressiva de trabalhos ocidentais de RI que foi introduzida na academia chinesa: aliás, há, nesse momento, uma ausência de espírito de ceticismo dos docentes quanto às teorias e experiências importadas. Na observação de Wang, isso foi um efeito da emancipação e correção desbalanceada da academia chinesa ao fim da “Revolução Cultural Chinesa”.¹⁶ Mesmo assim, é preciso admitir que durante esses anos a disciplina alcançou uma evolução evidente na China, pois surgiram diversos periódicos

anterior. Por exemplo, a primeira foca no estudo da região asiática e África, estudando o movimento da libertação nacional dos países de Terceiro Mundo; a Universidade do Povo é mais desenvolvida no estudo do socialismo e comunismo global, e a Universidade de Fudan tem o seu mérito na pesquisa sobre relações internacionais ocidentais.

¹⁵ Deu-se a partir de 1976 quando Mao Tsé Tung morreu e Deng Xiaoping conquistou o poder político. As mudanças praticadas por este governo, que vão até o final dos anos de 1990, tiveram um caráter mais econômico do que político.

¹⁶ Foi uma profunda campanha político-ideológica levada a cabo a partir de 1966 na República Popular da China, pelo então líder do Partido Comunista Chinês, Mao, cujo objetivo era neutralizar a crescente oposição que lhe faziam alguns setores menos radicais do partido, em decorrência do fracasso do plano econômico Grande Salto Adiante (1958-1960), cujos efeitos acarretaram a morte de milhões de pessoas devido à fome generalizada, fato conhecido como a fome de 1958-1961 na China.

acadêmicos que proporcionaram mais espaço e possibilidade para que a disciplina crescesse e se fortalecesse — “Economia e Política Mundial”, “Estudo sobre Europa”, “Relações Internacionais Contemporâneas”, “Revisão Internacional”, “Estudo da Política Internacional”.

Meados de 1990-2005. Com a aceleração da globalização e o término da Guerra Fria, crescentes conflitos regionais e étnicos, protestos antiglobalização, disputas internacionais e o terrorismo, houve uma expansão dos horizontes para a pesquisa em RI. O conhecimento continuou a se atualizar e surgiram, nesse momento, excelentes especialistas. Tanto na academia quanto na imprensa a disciplina RI passou a atrair mais atenção que antes, e uma crescente gama de universidades estabeleceu cursos de diplomacia e RI – enquanto jornais, programas de TV e rádios abriram canais específicos sobre RI. Por outro lado, a introdução dos trabalhos ocidentais foi mais eficiente, as últimas importantes obras de língua estrangeira foram traduzidas e, paralelamente, houve um incremento significativo da produção acadêmica chinesa. Por fim, nota-se que o estudo de RI alcançou um perfil relativamente amadurecido e independente.¹⁷

Se a proclamação da República Popular da China (1949) é considerada o ponto de surgimento da disciplina de RI no país, a Reforma e Abertura é vista como o começo do desenvolvimento das teorias de relações internacionais (TRI). É nesse momento que numerosos trabalhos e teorias estrangeiros foram trazidos para o solo acadêmico chinês. Entre 1989 e 1997, a vinda dos trabalhos ocidentais de grande repercussão, especialmente em referência ao realismo e ao behaviorismo, teve grande influência para a academia, sendo que alguns pensamentos estimularam amplas discussões –

¹⁷ Segundo outro artigo de Wang, nesse período, as pesquisas mostravam melhor qualidade acadêmica e faziam uso de mais ferramentas metodológicas. Em relação ao conhecimento ocidental, as observações se tornaram mais analíticas, apesar de ainda serem utilizados alguns pensamentos clássicos como liberalismo e realismo, outras teorias como construtivismo, neomarxismo, feminismo e regionalismo também conseguiram inserir-se no discurso chinês. Outra mudança relevante foi o fato de que os pesquisadores chineses começaram a voltar o olhar para si mesmos, buscando o próprio aperfeiçoamento acadêmico e a construção de teorias da RI ao estilo chinês.

dentre os quais, destacavam-se “O Fim da História” (Francis Fukuyama), “Choques de Civilizações” (Samuel P. Huntington), “Teoria da paz Democrática”. Como consequência direta disso, os docentes chineses procuraram construir um sistema teórico próprio (o caso mais famoso é o do professor Shoude Liang da Universidade de Pequim, que afirmava a indispensabilidade de se ter TRI na China com “características chinesas”¹⁸) e produziram algumas introduções e monografias de TRI. Desde 1998, com uma compreensão melhor, a visão acadêmica em relação aos trabalhos ocidentais passou a ser mais crítica e sensata. Além dos EUA, os estudos de outros países também chamaram a atenção, como aqueles produzidos pela teoria da Sociedade Internacional da escola inglesa, pela Sociologia Histórica da França, pela Crítica Social da Alemanha, até a Teoria de Dependência da América Latina. Ao mesmo tempo, houve um retorno a uma observação mais profunda de políticos e estrategistas chineses antigos, tais como Sun Tzu (544-496 a.C.), Geliang Zhu (181-234), Guofan Zeng (1811-1872), buscando-se novas inspirações em meio ao seu pensamento diplomático.

“Criar uma teoria de relações internacionais de características chinesas” costuma ser um ponto chave nas discussões acadêmicas chinesas acerca da matéria, pois se entende que não é adequado explicar e tomar medidas quanto à realidade chinesa a partir de teorias ocidentais – sendo uma das intenções criar um ambiente acadêmico mais independente (QIN, 2008). Esse anseio, no entanto, também precisa ser encarado como uma consequência da estrutura política específica da China. Como se sabe, a China é um país socialista, no qual o regime político e a base ideológica são principalmente orientados pelo Marxismo, o Pensamento de Mao Tsé Tung e a Teoria de Deng Xiaoping. O Partido Comunista é o único partido no poder, e é a ele quem cabe decidir a direção da reforma e desenvolvimento político e econômico do país. Esse é o contexto fundamental da disciplina de RI na China, que a diferencia dos

¹⁸ Tem artigos relevantes : “As Características Chinesas” no Contexto da Política Internacional (1994); A Discussão sobre as Características Chinesas das Teorias da Política Internacional (1997); A Construção das Teorias de Política Internacional da China (2005);

países ocidentais, não sendo possível compará-la com os países em desenvolvimento tampouco.

Explica Wang, que, o slogan “socialismo de característica chinesa” foi criado originalmente por Deng Xiaoping, mas o termo “característica chinesa” seria utilizado, nos anos seguintes, nos mais variados sentidos. A febre da “característica chinesa” não se restringiu apenas ao aspecto ideológico, influenciando igualmente a política, a economia, a sociedade, bem como a própria construção do pensamento chinês. De qualquer forma, é necessário apontar que as “características chinesas” causam, muitas vezes, contradições no que diz respeito à diretriz divulgada e à prática efetiva: o perfil marxista (no que diz respeito à negação completa do capitalismo) não é evidente nas políticas externas. As relações com os maiores potências permanecem e são incrementadas, e.g. a Europa, os EUA e o Japão; quanto à diplomacia e às relações exteriores, há mais cooperação e tolerância do que combates, reformas e revoluções (WANG, 2006).

É interessante observar que o estudo de RI enfatiza diferentes abordagens de região para região. Ou seja, normalmente os docentes do centro político de Pequim costumam adotar a perspectiva do “governo central” acerca de questões internacionais importantes. É interessante notar que os representantes da Escola Política do Poder (Xuetong Yan, Shaozhi Zhang, Ruizhuang Zhang) também se situam em Pequim. Aliás, a opinião acadêmica de Xangai, uma cidade litoral e economicamente desenvolvida, é mais flexível e prática. Em contraposição a Pequim, em Xangai visões diferentes daquelas adotadas pelo governo são levantadas acerca da questão de Taiwan e da relação sino-japonesa. Ademais, temas como o terrorismo, relações étnicas e cooperação com a Ásia Central são mais relevantes ao Noroeste, assim como a segurança em relação a países contíguos no Sudoeste e a imigração e cooperação com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ANSEA) no Sudeste.

Levando-se em consideração que a disciplina de RI é influenciada por fatores históricos, políticos e até econômicos, e conta ainda com um caráter de especificidade, é natural se perguntar como será a ênfase de pesquisa? Quais temas de RI são mais

estudados na China? Há uma diferença muito acentuada em relação à academia ocidental ou há similaridades? E momentos históricos diferentes desencadeiam também mudanças correspondentes na disciplina?

Poucos trabalhos tratam do assunto, porém o relatório de MEN (2002)¹⁹ consegue responder a uma parte destas perguntas. O autor realizou um estudo empírico com dez principais revistas acadêmicas de RI (1996-2001). Ainda que o critério de seleção dos periódicos não tenha sido bem explicado (a maioria dos periódicos constantes da lista corresponde ao resultado deste trabalho) e que a data tenha sido um pouco remota, considera-se uma referência precisa inclusive as observações dadas para cada tema. Men chegou à conclusão de que há oito temas de maior preferência:

1. relações das grandes potências/estratégia internacional;
2. segurança nacional/internacional;
3. estudos de área;
4. organizações internacionais;
5. regimes internacionais;
6. economia política internacional;
7. soberania-direitos humanos-intervenção humanitária;
8. globalização e governança global.

Quadro 2.1 A Quantidade de Artigos dos 8 Temas (citada por Men).

Ano	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	Total
	674	465	1864	235	43	26	60	170	3990
Percen.	16.90%	11.70%	46.70%	5.90%	1.10%	0.60%	1.50%	4.30%	

* T1= Tema 1. O total inclui oitos temas acima e os demais temas da RI.

¹⁹ O vice-secretário da Associação de Estudos da Ásia e do Pacífico da China, o diretor executivo do Instituto de Pesquisa da Política Internacional das Universidades Nacionais, o pesquisador visitante da Fundação Eisenhower (2011) e o professor visitante de Pembroke College Universidade de Oxford (2013-2014) têm muita produção acadêmica a respeito.

Nesse sentido, os primeiros quatro temas são considerados como sendo da área tradicional. O quinto e o sexto são temas tradicionais no mundo ocidental, mas recentes na China, e os últimos dois são áreas globalmente emergentes. As explicações desse cenário serão explicitadas nas subseções a seguir.

2.1.1 Relações com Grandes Potências e Estratégia Internacional.

Assim como ocorre em outros países grandes, a China tem uma atenção especial para com a disciplina das RI, principalmente no tocante à pesquisa. A matéria representa 16.9% da amostra do levantamento. O estudo sobre estratégia internacional iniciou-se ao final da década de 80, e teve como ponto de partida a interpretação do pensamento dos dirigentes chineses com o objetivo de auxiliar na definição do planejamento estratégico do país. Após a Guerra-Fria, a academia voltou-se para o estudo teórico e a utilização de métodos analíticos, sempre levando em consideração os interesses nacionais e a competitividade complexa como referências essenciais ao estudo – principalmente no que diz respeito aos fatores econômico, político e militar. Vale ressaltar algumas características dessa nova fase de estudos. Em primeiro lugar, a análise é basicamente focada nos EUA, com a premissa de que este país consegue representar e influenciar a estratégia global dos demais países. Em segundo lugar, a maneira de análise dominante é “dados mais fatos”, que envolve métodos de diversas disciplinas. Já o estudo das relações de grandes potências foi desenvolvido no início dos anos 90, com o reconhecimento de que o ambiente global passou a pregar “paz e desenvolvimento”, “multipolaridade”, e “ênfase no fator econômico”. Paralelamente a isso, a pesquisa sobre parcerias estratégicas dedicou atenção especial ao período em que a China promoveu o estabelecimento de parcerias com vários países.

2.1.2 Segurança Nacional e Segurança Internacional.

A discussão sobre segurança concentrada no campo político entre os anos de 1989 e 1991, aumentou no campo econômico e financeiro entre 1992 e 1998. Nesse momento, a segurança ambiental e a segurança não-convencional começaram a

assumir uma maior importância. Quanto a isso, os docentes chineses enfatizam que a segurança não deve ser integralmente garantida pela guerra, e que mecanismos regionais e internacionais, bem como cooperações na área de segurança precisam ser estabelecidos. Desde o acontecimento da “explosão da embaixada chinesa” em Belgrado pela OTAN em 1999, a segurança militar voltou a ser um foco de estudo. Nesse novo momento histórico, considera-se que celebrar uma aliança militar ou reforçar as reservas militares são conceitos convencionais de segurança adotados pelos EUA, além de, paralelamente a isso, promoverem uma nova segurança baseada em confiança e benefícios mútuos, de igualdade e cooperação. Aliás, como Men percebe, o estudo apresenta alguns problemas como, por exemplo, a compreensão dos pesquisadores acerca das teorias ocidentais não é suficientemente completa e profunda. Também não há reflexão suficiente sobre teorias próprias e, ademais, observa-se uma falta de inovação metodológica e considerações relevantes no sentido histórico e filosófico. Finalmente, não existe nenhum periódico acadêmico especializado em segurança internacional.

2.1.3 Estudo de área (area study).

Esse tópico contempla o estudo regional e do país como um todo, sendo o tema de maior concentração de artigos (46.7%) e apresentando uma tendência de declínio com a ascensão de outros temas. Analisa principalmente regiões críticas para relações de grandes potências ou para o cenário internacional, e estuda especificamente os Estados Unidos, a Europa Oriental, o Nordeste da Ásia, o Sudeste Asiático, a Ásia Oriental e a Ásia Central. A contribuição é feita sobretudo pela ACSC, onde há pesquisadores especialistas em diferentes áreas. Muitas universidades também possuem institutos independentes que podem tocar projetos de pesquisa. Nesse sentido, no começo do século XXI, o Ministério da Educação confirmou 14 bases essenciais de estudo de área, incluindo estudos sobre os EUA (Universidade de Fudan), sobre a Europa (Universidade do Povo), sobre o Oriente Médio (Universidade de Estudos Internacionais de Xangai), dentre outras. De forma geral, esses institutos

ênfatizam mais o estudo empírico que o teórico, e focam mais nas relações dos grandes países, desprezando conhecimentos multidisciplinares. A metodologia de análise histórica é amplamente utilizada.

2.1.4 Organizações Internacionais.

A China recuperou sua posição na Organização das Nações Unidas em 1971 e desde então passou a participar mais de organizações globais. Esse campo, portanto, o das organizações internacionais, tornou-se um dos objetos mais importantes de estudo. O foco resume-se a oferecer descrições básicas sobre normas, procedimento decisório e operacional das organizações. Atualmente, a pesquisa sobre o tema é aplicada via direitos internacionais, e há muita produção e teoria no campo. Porém, a teoria da própria organização internacional ainda é pouco explorada. Aqui, dá-se maior relevância à análise descritiva e à análise histórica enquanto métodos da área. Concluindo, a quantidade de trabalhos sobre organizações governamentais e globais é superior à de organizações não governamentais e regionais, existindo pouco conhecimento além da Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE) e Organização Mundial do Comércio (OMC).

2.1.5 Regime Internacional.

As pesquisas começaram na segunda metade dos anos 90, e vêm alcançando importância devido à acentuada participação chinesa nas organizações mundiais – sempre se partindo do pressuposto de que o domínio dos regimes de algumas organizações internacionais, tais como o Banco Mundial e a OMC é fundamento indispensável para proteger os interesses e alcançar metas do país. Tópicos caros a esse tema são, por exemplo, como entender o multilateralismo no contexto do regime internacional, quais são as suas funções e restrições e como definir uma estratégia global em um mundo multilateral.

2.1.6 Economia Política Internacional.

Uma conferência sobre o desenvolvimento da disciplina de RI, organizada pela Universidade de Pequim em 1991, marcou o começo da Economia Política Internacional (EPI) na China. Após anos de esforço, a disciplina passou a ser mais popular entre os docentes, surgindo alguns especialistas universitários que construíram uma produção acadêmica relevante – como artigos e materiais didáticos nos quais foram adotados métodos da EPI. Ainda assim, existem muitas discussões e divergências no tocante às questões teóricas fundamentais. No balanço geral, trata-se de um tema com vasto espaço para expansão.

2.1.7 Soberania, Direitos Humanos e Intervenção Humanitária.

O debate sobre soberania foi intensificado principalmente após a Guerra-Fria. Os trabalhos que tratam de soberania são abundantes e bem desenvolvidos, abrangendo diversas áreas, como segurança/cooperação internacional, revolução informática, globalização e a experiência da UE.

Os direitos humanos foram inseridos no estudo de RI da China por volta de 1989. Se comparada ao ocidente, a academia chinesa apresenta diferentes opiniões em vários aspectos e representa mais a posição de países em desenvolvimento. A pesquisa sobre intervenção humanitária surgiu por último e normalmente está vinculada aos dois temas anteriores. Em todos eles, as pesquisas ainda estão concentradas em discussões conceituais, sendo que o estudo da área específica está longe do suficiente.

2.1.8 Globalização e Governança Global.

A teoria da globalização chamou a atenção da academia chinesa pela primeira vez no início da década de 90, quando o docente norte-americano Arif Dirlik fez uma série de discurso sobre o tema. De forma geral, a pesquisa do campo é baseada nas teorias ocidentais, dando preferência para os aspectos da economia e relações internacionais em detrimento de aspectos da cultura e sociedade. Existem, ainda,

poucas reflexões quanto aos efeitos desencadeados pela globalização na governança doméstica. Quanto à governança global, trata-se de um tema bem recente aos docentes chineses. Alguns acreditam que essa espécie de governança nada mais é que uma ideia utópica, com a sua função restringida face à soberania dos países. A análise feita pelos acadêmicos de RI é mais fraca se comparada com a visão da economia, sociologia e direitos internacionais.

A título de retomada do que já foi dito acima, o estudo de RI na China tem se desenvolvido muito rápido e alcançado grandes evoluções nos últimos vinte anos. Se comparado ao seu início, o conteúdo foi bastante enriquecido e envolve atualmente quase todas as áreas – inclusive temas bem recentes como a Economia Política Internacional, a revolução informática, os direitos humanos, a globalização e a governança global. O nível da produção de determinadas áreas alcança, ademais, aquele da academia ocidental.

Mesmo assim, na visão geral dos pesquisadores, as RI da China ainda precisam vencer uma distância considerável para alcançar o padrão internacional (SUN, 2000; MEN, 2002; QIN, 2008; WANG, 2004, 2011). Esses autores fazem uma série de considerações, que se pretende explorar a seguir.

É necessário dedicar mais esforço à identificação nacional. Isso significa que, além de trazer teorias estrangeiras, é necessário também valorizar e integrar os elementos da sabedoria e cultura tradicional chinesa no processo do estabelecimento do sistema teórico, para que se possa alcançar uma TRI original da China (essa originalidade por ser alcançada tanto pela utilização de elementos chineses na teoria já tradicional quanto pela criação de uma teoria nova. E.g. A escola Copenhague que levantou novos conceitos sobre a segurança). Nesse sentido, Qin menciona que a explicação quanto à ausência dessa TRI não está apenas relacionada à capacidade e experiência da academia, mas também à introdução das teorias dos EUA nos anos iniciais do desenvolvimento de RI da China, o que deixou uma forte impressão de que aquelas são teorias universais e que se passasse a ignorar as divergências substantivas geradas por fatores culturais, geográficos e étnicos. E, aparentemente, mudar isso a

curto prazo não é fácil. Qin continua sua análise enunciando que, ao longo de uma dedicação de 30 anos, a maior conquista da academia chinesa foi a sofisticação da percepção sobre as teorias estrangeiras. Quanto à possibilidade de inovação, o autor permanece otimista, mas salientando que, no futuro próximo, estará restrito a algumas partes do estudo – uma transformação completa ainda demorará bastante.

Em segundo lugar, esses autores criticam que a análise dos tempos atuais assuma um papel relevante demais, assim como é feito com determinadas políticas externas ou assuntos internacionais, e que o estudo das teorias fundamentais ainda é insuficiente. Contudo, também não se sentem tão surpreendidos com este fenômeno, pois os intelectuais chineses por longo tempo estiveram influenciados pelo Confucionismo, filosofia que considera a praticidade e a eficácia finalidades essenciais ao estudo, o que levou inclusive à orientação pelo materialismo dialético do Marxismo – a pesquisa com intenção de encontrar soluções para a realidade oferece um campo de interesse relevante. Adicionalmente, notam também que a maioria dos estudos da atualidade não foi feita por meio do uso da estrutura analítica e das metodologias científicas, mas com observações e comentários relativamente subjetivos, e que recentemente o estudo teórico tem recuperado um certo grau de qualidade, muito embora a produção científica seja bastante repetitiva e não muito qualificada. Enfim, tudo isso influencia de forma prática a construção da disciplina e do sistema teórico das Relações Internacionais na China.

Assim sendo, os autores apontam que, para que o estudo de TRI possa crescer mais energicamente, é preciso ser mais normativo em relação à revisão bibliográfica e à metodologia analítica. Sun chegou a fazer um estudo empírico sobre os métodos aplicados nos principais periódicos de RI – levantando que há usualmente nove métodos utilizados (são eles: análise histórica, geográfica, ética-jurídica, econômica, sistemática, psicológica, quantitativa, análise de classes, Análise de jogos) – e descobriu, em primeiro lugar, que a análise histórica é a preferida pelos pesquisadores. Além disso, parece que uma grande parte deles não é competente para aplicar metodologias científicas às pesquisas teóricas.

Por fim, também apontam que um incremento dos intercâmbios acadêmicos entre os docentes deve ser uma prioridade, bem como a prioridade do bom funcionamento do mecanismo de crítica e avaliação – assim como a sua contrapartida ocidental.

2.2 Os Think Tanks na China: Classificação, Funções e Relação com as Políticas Externas.

Como o estudo empírico deste trabalho é baseado principalmente no levantamento de periódicos, nesta segunda parte da revisão bibliográfica partir-se-á para a descrição dos *think tanks* (TTs) da China, abordando concretamente suas funções principais.

Em primeiro lugar, é importante notar que existem diferentes opiniões quanto à classificação de TTs. Por exemplo, de acordo com sua estrutura, pode-se subdividi-las em oficial, semi-oficial (não faz parte diretamente do governo, mas é subordinada a ele), companhia com fins lucrativos, organização privada sem fins lucrativos e o instituto vinculado à universidade (ZHU, 2009). Ainda, segundo os argumentos de WANG e CHEN,²⁰ as instituições podem ser subdivididas em diferentes sistemas:

Universidade, onde a função principal é o ensino – tendo matérias como a diplomacia, a história mundial, Teorias das RI, a economia política internacional, dentre outras. Nacionalmente, até 2004, mais de 40 faculdades podiam ser encontradas utilizando-se os termos “Política Mundial/Relações Internacionais”, e a quantidade de institutos de RI fundados nas universidades aumentou consideravelmente desde a década de 90. Antigamente, esse sistema era pautado por menos produção e dedicação para a pesquisa, mas isso melhorou bastante nos últimos anos, pois mais recursos e atenção foram alocados para isso. Houve ainda o

²⁰ Apesar dos principais quatro, outros são o sistema do partido (Instituto da Estratégia Global da Universidade do Partido Central) e da imprensa (Centro de Assuntos Internacionais da Agência da China) e os não governamentais.

treinamento e contratação de alguns pesquisadores especialistas que influenciaram a capacidade acadêmica universitária.²¹

Academia de ciências sociais, que pode ser dividida em duas partes: uma é a ACSC, possuindo oito institutos subordinados ao Departamento de Estudos Internacionais (em áreas de pesquisa diferentes: Estados Unidos, Japão, Rússia, Europa, África, América Latina, Oriente Médio, Pacífico-Asiático e Ásia Central). A outra é constituída pelas academias provinciais e municipais que possuem, por sua vez, institutos de relações internacionais. Esse sistema concentra-se na pesquisa, e o ensino fica no segundo lugar. Quanto ao número de pesquisadores, o sistema universitário possui contingente um pouco maior.

Órgão de relações exteriores, como, por exemplo, o Instituto de Relações Internacionais de Xangai e o Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China. O papel mais importante desse sistema é servir de consultor ao governo central em relação a políticas externas. Dessa forma, é mais voltado para pesquisas destinadas a políticas de relações exteriores, não podendo ser enquadrado como um órgão acadêmico em sentido estrito.

Exército, como a Universidade de Segurança Nacional e o Instituto Científico do Sistema Militar (ambos em Pequim). A dimensão desse sistema continua a crescer nos últimos anos, cujo foco de estudos é a formação militar e a segurança no sentido amplo. Grandes áreas de preocupação são o desenvolvimento tecnológico, estratégias militares e globais, comportamento do exército chinês, dentre outras. Desde a década de 90 vem realizando cada vez mais intercâmbios acadêmicos com os pesquisadores locais, participando de conferências e seminários nacionais e conseguindo muitas colaborações em projetos de pesquisa.

Esta pesquisa prefere adotar a classificação utilizada no artigo, “*China’s Foreign Policy Think Tanks: Changing Roles and Structural Conditions*” (PASCAL, 2013), no qual os TTs são classificados por função, sendo as três principais a acadêmica, a

²¹ A Universidade do Povo recebeu Yinhong Shi e Canrong Jin, Universidade de Tsinghua recebeu Xuetong Yan, Shulong Chu, Jiangyong Liu.

consultiva, e a da atuação pública (*academic, advisory, public relations/advocacy*). Ao mesmo tempo, o autor introduziu uma nova tipologia, a partir da qual as funções dos TTs podem ser apresentadas graficamente – o que torna a observação mais fácil e precisa. Esta é apoiada em dois argumentos: todos os TTs conseguem abarcar estes três papéis; a maioria dos TTs não foca exclusivamente em nenhum dos três, mas mostra uma preferência por determinados aspectos.

Conforme ilustrado na Figura 2.3, cada TT pode ser um ponto localizado neste triângulo. Quanto mais próxima a instituição estiver de um extremo, maior a sua distância em relação aos outros dois, o que significa que uma função é mais relevante que outras duas. Já aquele que não tem predileção nenhuma ficará no centro geométrico do triângulo, e aquele que se especializa em apenas um papel estará situado sobre o termo correspondido.

Quadro 2.2 Apresentação dos TTs de Políticas Externas²²(citado e traduzido por Pascal).

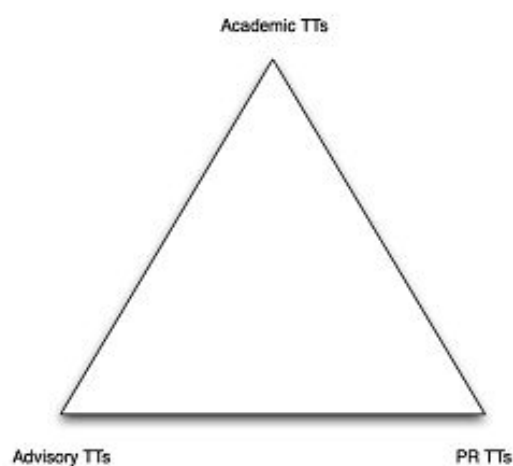
Nome	Criado	Membro	Afiliação	Periódico
Instituto de Estudos sobre Ásia Pacífica (IEAP) Instituto da Economia Política Mundial (IEPM) -Academia de Ciências Sociais da China(ACSC)	1977 (ACSC) 1988(IEAP fundiu) 198 (IEPM fundiu)	50 (IEAP), 130(IEPM)	Congresso Nacional; Administrado pelo Departamento de Propaganda do Partido Comunista	Dangdai Yatai (IEAP); shijie jingji, shijie jingjiyu zhengzhi (IEPM)
Instituto de Estudos Internacionais da China (IEIC)	1956	93	Ministério de Relações Exteriores	Guoji wenti yanjiu, China International Studies
Instituto de Relações Internacionais -Contemporâneas da China(IRICC)	1980	175	Ministério de Segurança Nacional	Xiandai guoji guanxi, Contemporary International Relations

²² Segundo o autor, as amostras trabalhadas foram escolhidas tendo por base *rankings* recentes ou descrições tanto ocidentais quanto nacionais. Além disso, tratam-se dos TTs de políticas externas mais influentes.

-Instituto de Estudos Internacionais de Xangai (IEIX)	1960	82	Governo municipal de Xangai; Laço informal ao Ministério de Relações Exteriores	Guoji zhanwang, Global Review
Centro de Estudos sobre EUA -Universidade de Fudan	1985	14	Ministério de Educação	Meiguo wenti yanjiu
Instituto de Relações Internacionais -Universidade de Pequim	1996	51	Ministério de Educação	Guoji zhengzhi yanjiu
Instituto de Estudos sobre Ásia-Pacífica (IEAP) -Academia de Ciências Sociais de Xangai (ACSX)	1958 (ACSX)	11	Governo municipal de Xangai	--
Instituto de Relações Internacionais -Universidade de Assuntos Estrangeiros (UAE)	1955 (UAE)	16	Ministério de Relações Exteriores	Waijiao pinglun

* Informações obtidas no site e elaborado por Pascal

Figura 2.3: O Triângulo Contínuo dos Papéis dos TTs.



Segundo Pascal, o primeiro papel dos TTs modernos é produzir trabalhos acadêmicos que serão posteriormente publicados em periódicos e circulados entre colegas pesquisadores. Esses artigos estão principalmente relacionados à abstração, prova e desenvolvimento de teorias e projetos de pesquisa. Através de um estudo quantitativo de publicação entre os anos de 2001 e 2010 em institutos selecionados, o autor descobre que, primeiro, a maioria dos TTs conseguiu alcançar um aumento significativo de publicações no período sem, no entanto, um aumento correspondente do número de pesquisadores. Isso, na visão dele, é incentivado principalmente pela contrapartida financeira decorrente de se publicar nos melhores periódicos, considerando que o salário básico dos docentes chineses ainda é bem baixo. E dentre todos os órgãos, destaca-se o IRICC, cujo objetivo é realizar análises intelectuais, que triplicou a sua margem de publicação em dez anos. Ao dividir a observação por grupos, nota-se que os institutos historicamente fortes na análise de políticas e no fornecimento de conselhos internos têm aumentado bastante a publicação e desempenhado papéis importantes no aspecto acadêmico (Figura 2.4). No entanto, o autor salienta que é importante não considerar o termo “acadêmico” equivalente a “teórico”, pois a adoção de teorias ocidentais e os esforços de criar o paradigma chinês não mudaram o fato de que as análises descritivas não teóricas ainda ocupam o lugar dominante no estudo de RI na China. Por fim, enfrentando um contexto geral de baixa produção teórica, observa-se que os institutos filiados a universidades são mais produtivos que os outros dois grupos (Figura 2.5).

Figura 2.4: O Número de Publicação por Grupos Diferentes (2001-2010).

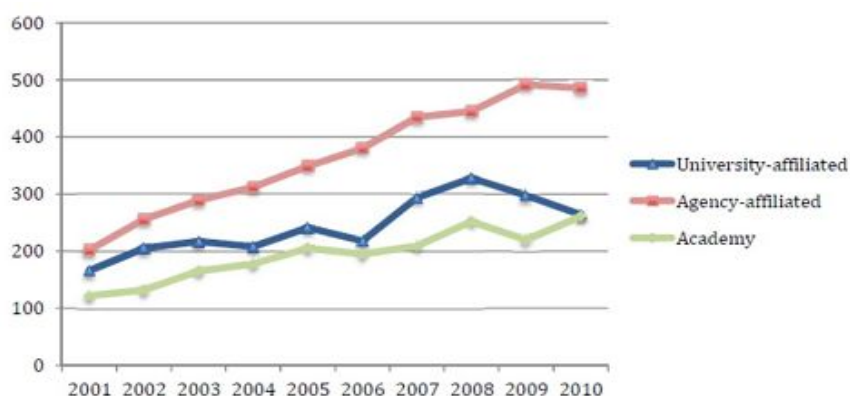
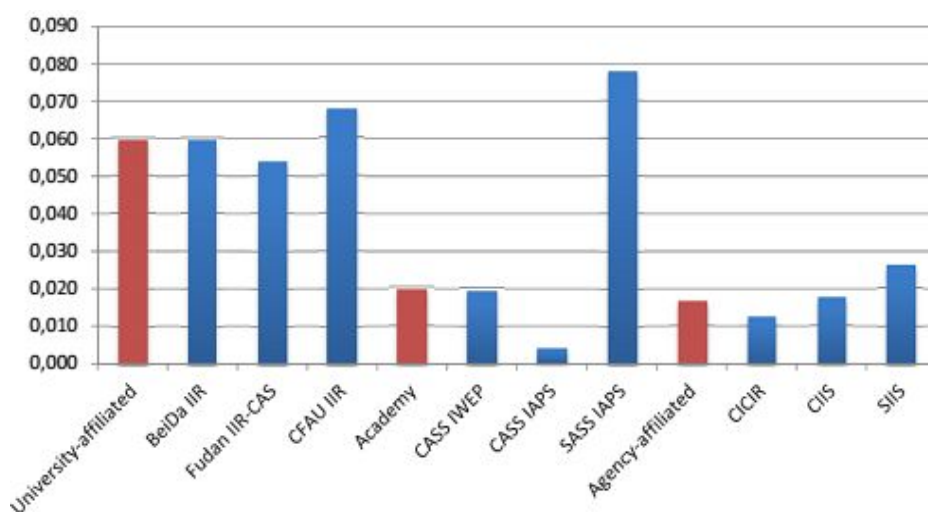


Figura 2.5: Artigo Teórico Orientado por Institutos e Grupos Divididos (2001-2010).



* As siglas de inglês para português: BeiDa(Universidade de Pequim); CFAU-IIR(UAE-IRI); CASS-IWEP(ACSC-IEPM); CASS-IAPS(ACSC-IEAP); SASS-IAPS(ACSX-IEAP); CICIR(IRICC); CIIS(IEIC); SIIS(IEIX)

Por tanto, Pascal afirma que a função consultiva de TTs não é tão facilmente observada, o que se deve ao processo político chinês pouco transparente. Segundo ele, todas as atividades consultivas podem ser realizadas por dois caminhos: pelo sistema específico que recolhe e divulga os relatórios escritos, chamados de “referências internas” e pelo fornecimento de sugestões de uma forma pessoal não institucional – por meio de comissões e conferências. No caso da ACSC, as referências internas são recolhidas e entregues ao determinado escritório e, após a sua reorganização, são enviadas aos tomadores de decisão. Porém, os pesquisadores não participam desse processo nem sabem como os seus trabalhos têm tido ou não impacto nas discussões políticas. A partir de um estudo comparativo, Pascal descobre que, semelhantemente à primeira função, os TTs mostram diferentes comportamentos a depender se institutos universitários ou governamentais. Isso porque, na China, as universidades geralmente são administradas pelo Ministério de Educação e não há muitos canais administrativos direcionados a órgãos envolvidos na formação de políticas externas. Isso não significa, no entanto, que os docentes universitários jamais têm a oportunidade de entregar relatórios desse tipo.

Com relação a esse ponto, o artigo “A transformação de TTs diplomáticos na

China” (ZHAO, 2011) apresenta uma descrição mais direta. Tomando por base o argumento de Charles F. Hermann, o autor explica que os TTs chineses estão envolvidos principalmente em duas etapas no processo de formação de políticas externas: reconhecer os problemas e tarefas e definir os problemas e as alternativas. Por meio de levantamentos preliminares, os pesquisadores auxiliam os tomadores de decisão a primeiro compreender e decidir o objeto de política e, em um segundo momento de pesquisa, buscam informações relacionadas e aplicam estudos quantitativos ou qualitativos a fim de providenciar análises e sugestões, de forma objetiva e concreta.

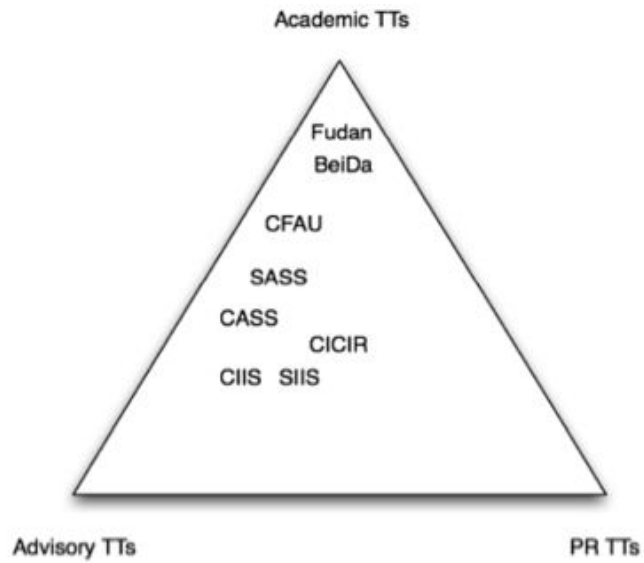
Zhao menciona ainda outros fatores que os TTs podem influenciar nas políticas externas. Por exemplo, alguns políticos foram, antes de entrar na política, pesquisadores em TTs – embora isso não seja tão comum na China como nos EUA. Às vezes, pesquisadores são convidados para falar em seminários e conferências organizados pelo MRE, ou participam e dão discursos nos congressos internacionais e reuniões de alto escalão – juntamente com políticos. As publicações acadêmicas, tanto monografias quanto artigos de RI, também pode ser encarado como um fator de influência, pois costumam ser lidos por membros do governo. Por fim, Pascal acrescenta que há algumas organizações formais que também podem ser relacionadas, tais como o Comitê Consultivo de Políticas Externas, vinculado ao MRE e fundado em 2008, composto por 31 membros (22 ex-embaixadores e 9 docentes). Entre os membros há líderes provenientes dos TTs referidos. Todavia, quanto às formas tratadas acima, ainda não está claro qual o seu grau de influência no processo decisório.

Uma vez que a sua terceira função está ligada à atuação pública os TTs procuram influenciar a opinião pública no sentido de que ela acate as políticas apoiadas. Pascal avaliou isso por meio de um estudo sobre a presença dos TTs na mídia, utilizando duas fontes de dados: o “*Diário do Povo*”, um dos mais influentes jornais chineses, e “*Baidu*”, a maior ferramenta de busca e agregador de notícias da China. Em seguida, ele fez uma comparação de dados do período de 1990 a 2011 e do ano específico de

2011. Observa-se que, de forma geral, os TTs tiveram sua presença na mídia intensificada ao longo dos vinte anos (em 2001 havia 79 referências, o que configura um número dez vezes superior ao de 1990). Aliás, existe uma diferença perceptível se comparamos com o MRE (foi mencionado 823 vezes em 2011). Ao comparar os dados por institutos específicos, o autor descobre que a presença é, aparentemente, não determinada pela dimensão do TT (em relação ao número de pesquisadores vinculados) nem é relacionada com o tipo de organização (há uma variedade considerável entre universidades, academias e institutos filiados às agências governamentais). Mas é provável que o fator geográfico faça diferença, uma vez que os dois institutos de Xangai são menos mencionados que os de Pequim, à exceção da Universidade de Fudan (Xangai) – o que provavelmente está relacionado à sua posição dominante no estudo de relações sino-americanas. E, suma, as universidades e os seus docentes não têm motivação para promover as suas visões na mídia – muito embora institutos como o IEICC e o IEIC tenham feito esforços consideráveis nesse sentido.

Finalmente, a definição mais explícita da função dos TTs pode ser analisada na Figura 2.6. Os institutos universitários (Universidade de Pequim, Universidade de Fudan, Universidade de Assuntos Estrangeiros) estão mais próximos da ponta do triângulo, ou seja, são instituições que têm primariamente o foco acadêmico e que não sofreram muitas alterações com o passar do tempo; as academias (ACSC e ACSX) situam-se no meio de dois termos, dão pareceres importantes no âmbito da academia e da oferta consultiva e, apesar de o seu prestígio acadêmico ter se reduzido nos últimos anos, ainda são mais acessíveis para os órgãos decisórios nacionais e possuem relevância assegurada; e os institutos administrados pelo governo (IRICC, IEIX e IEIC), que têm desempenho bastante irregular, tendo maiores transformações na última década. O seu foco fundamental é fornecer sugestões internas sobre políticas, bem como desenvolver a qualidade acadêmica e, ao mesmo tempo, podem ser considerados atores-chave nas relações públicas.

Figure 2.6: Posição Estimada dos Institutos de acordo com a Prioridade dos Diferentes Papéis



* As siglas de inglês para português: Beida(Universidade de Pequim); CFAU-IIR(UAE-IRI); CASS-IWEP(ACSC-IEPM); CASS-IAPS(ACSC-IEAP); SASS-IAPS(ACSX-IEAP); CICIR(IRICC); CIIS(IEIC); SIIS(IEIX)

3. Seleção de Casos e Descrição dos Periódicos.

Em consequência do início tardio da disciplina Relações Internacionais, o efetivo desenvolvimento dos periódicos acadêmicos chineses deve ser levado em conta a partir do começo da Reforma e Abertura no ano 1978. A qualidade dos periódicos tem melhorado nas últimas décadas, paralelamente à ascensão da China no cenário internacional em decorrência do seu poder econômico e político (MEN, 2002).

No Quadro 3.1 e 3.2, consoante o “Índice de Periódico Central (PC) das Ciências Sociais e Humanas (2013)”, verifica-se a existência de 22 periódicos na categoria “Política Internacional/Relações Internacionais”, sendo que 10 deles tratam de tema abrangente, 9 de tema regional e 3 de país específico. Entre os 9 de tema regional, 6 estão relacionados à Ásia.

Com o objetivo de descobrir a percepção acadêmica chinesa sobre o Brasil e responder às perguntas norteadoras desta pesquisa, este trabalho decidiu escolher os 10 periódicos mais influentes nos últimos dez anos (2003-2012), sendo que 7 são da categoria “Política Internacional/ Relações Internacionais” (6 de tema abrangente, 1 de tema regional, visto que o Estudo sobre América Latina conta com as principais informações relacionadas), e 3 da categoria “Economia Mundial”, uma vez que a relação comercial-econômica dos dois países assume papel cada vez mais relevante. O critério fundamental da seleção de periódicos é o Fator de Impacto (Quadro 3.3).

Quadro 3.1: Periódicos de Relações Internacionais.

Abrangente	Regional	País Específico
Economia e Política Mundial	Estudo sobre América Latina	Estudo sobre EUA
Revisão de Assuntos Estrangeiros	Estudo sobre Sudoeste Asiático	Estudo sobre Japão
Estudos Internacionais	Estudo sobre Europa	Estudo sobre Rússia
Fórum Internacional	Estudo sobre Sudeste Asiático	/

Relações Internacionais Contemporâneas	Ásia-Pacífico Contemporâneo	/
Revisão Internacional	Fórum Norte Asiático	/
Mundo Contemporâneo e Socialismo	Ásia Oriental e África	/
Socialismo Contemporâneo	Oceano Pacífico	/
Teorias Estrangeiras	Ásia Central e Europa Oriental	/
Estudo de Política Internacional	/	/

* O que está em negrito faz parte da base de dados desta pesquisa.

Quadro 3.2: Periódicos de Economia Mundial.

Economia Mundial	Economia Ásia-Pacífico	Estudo de Economia Mundial
Revisão da Economia Internacional	Economia Contemporânea do Japão	Economia Estrangeira e Administração
Comparação do Sistema Social e Econômico	Economia Mundial e Fórum de Política	/

* O que está em negrito faz parte da base de dados desta pesquisa.

Quadro 3.3: Dados Gerais de Dez Periódicos.

Nome	Instituição	F. I.	Ano	Freq.	Local	Periódico Central
Economia e Política Mundial	IEPM-ACSC	2.141	1987	M	P	1992;1996;2000;2004 2008;2011
Estudos Internacionais	IEIC-MRE	1.63	1959	Q	P	1992;1996;2000;2004 2008;2011
Revisão de Assuntos Estrangeiros	UAE-MRE	1.378	1984	Q	P	1992;1996;2000;2008 2011
Relações Internacionais Contemporâneas	IRICC	1.187	1981	M	P	1992;1996;2000;2004 2008;2011
Revisão Internacional	UEIX	0.905	1980	Q	X	2004;2008;2011
Fórum Internacional	UEEP	0.809	1988	Q	P	2004;2008;2011
Estudos sobre América Latina	IEAL-ACSC	0.42	1979	Q	P	1992;1996;2000;2004 2011

Economia Mundial	IEPM-ACSC	4.741	1978	Q	P	1992;1996;2000;2004 2008;2011
Revisão da Economia Internacional	IEPM-ACSC	3.222	1993	Q	P	1992;1996;2000;2004
Estudo de Economia Mundial	IEM-ACSX	2.018	1982	M	X	1992;1996;2000;2004 2008;2011

* FI. = Fator de Impacto; Freq.= Frequência; M = Mensal; Q = Quinzenal; P = Pequim, X = Xangai.

De acordo com a forma de classificação mencionada na revisão bibliográfica, dentre esses 10 periódicos, 3 pertencem a “universidade” (UAE, UEEP, UEIX), 5 da “academia de ciências sociais” (ACSC, ACSX) e 2 de “setores governamentais de assuntos exteriores” (IRCC, IEIC). A seguir, a ideia é descrever um pouco a história e status destes periódicos bem como as instituições que os administram.

3.1 Economia e Política Mundial (EPM).

Organizado e administrado pelo Instituto da Economia e Política Mundial (IEPM) da Academia de Ciências Sociais da China (ACSC), localiza-se nas primeiras posições no campo de política internacional e relações internacionais. É um periódico academicamente influente e prestigiado.

A ACSC foi fundada em 1977 no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais, e é atualmente a maior e mais abrangente entidade acadêmica chinesa, possuindo 37 institutos e representando o maior nível de pesquisas na área. Segundo o relatório lançado em janeiro de 2012 pela Universidade de Pensilvânia (EUA), a ACSC ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos TTs asiáticos, e o 17º em nível global.²³

O IEPM é um desses 37 institutos e tem como foco principal as pesquisas fundamentais, procurando soluções e fornecendo recomendações para o governo. Suas áreas de estudo focam em finanças internacionais, investimento global, teorias de política internacional, economia política internacional, dentre outros. Busca

²³ O relatório envolve 6.603 TTs de 182 países no mundo. Neste *ranking* três TTs mencionados nesta pesquisa encontram-se dentre os primeiros 50: 17º – ACSC; 38º – IEIC; 48º – IRICC.

integrar política e economia, teoria e prática, questões domésticas e mundiais. Além do periódico EPM, este instituto também tem publicações no âmbito de economia mundial, como a Revisão de Economia Internacional e conta com uma associação acadêmica, a Sociedade da Economia Mundial da China (SEMC).

3.2 Estudos Internacionais (EI).

É organizado pelo Instituto de Estudos Internacionais da China (IEIC) e administrado pelo MRE. Teve início em 1959, sendo a primeira publicação acadêmica a tratar de estudos internacionais. Divulga sobretudo diretrizes e políticas diplomáticas chinesas, além de tratar de diversas questões internacionais. Desde 2011, quando Jiaxuan Tang e Zhaoxing Li foram convidados para ser consultores do periódico, seis especialistas – incluindo Jiemian Yang, Jisi Wang, Yaqing Qin – participaram do comitê editorial, trabalhando na seleção do tema e aprovação dos artigos.²⁴

Como uma instituição de pesquisa subordinada diretamente ao MRE, a IEIC concentra-se no estudo de estratégias de médio e longo prazo no tocante às principais questões de política e economia internacional. O órgão também faz análises sobre eventos e correntes internacionais com o objetivo de oferecer orientação aos setores decisórios.

3.3 Revisão de Assuntos Estrangeiros (RAE).

É organizado pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Assuntos Estrangeiros (UAE). Publica pareceres profissionais sobre atualidades mundiais, TRI, e tendências importantes de diversas áreas e países, principalmente no que diz respeito a aspectos políticos, econômicos, diplomáticos e militares.

A UAE, única universidade que pertence diretamente ao MRE, treina essencialmente profissionais envolvidos na área de assuntos estrangeiros, e é

²⁴ Tang e Li foram ministros de relações exteriores da China e Yang foi o vice-ministro.

reconhecida como o “berço de diplomatas chineses”. A fundação foi idealizada pelo ex-ministro Enlai Zhou e depois ratificada pelo Comitê Central do Partido Comunista Chinês em 1955. O primeiro leitor foi Yi Chen, o ex-vice-premiê do Conselho Nacional e o ex-ministro de relações exteriores. O atual presidente é Jinjun Zhao, o ex-embaixador na França, e o secretário do Partido é Yaqing Qin, famoso especialista em TRI.

3.4 Relações Internacionais Contemporâneas (RIC).

Organizado pelo Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China (IRICC), é um periódico de nível nacional, com uma posição acadêmica e social importante.

A IRICC é uma instituição de estudos internacionais fundada em 1980, e constitui um dos famosos TTs que fornecem o apoio intelectual ao governo referente às questões internacionais e políticas externas. Os resultados de pesquisa são entregues aos respectivos departamentos governamentais na forma de relatórios, documento oficial ou artigo publicado. Além de fazer pesquisas de acordo com a demanda do governo central, o órgão também realiza frequentemente intercâmbios acadêmicos com outros institutos dentro e fora do país.

3.5 Estudos sobre América Latina (EAL).

Organizado pelo Instituto de Estudos sobre América Latina (IEAL) da ACSC, desde sua criação em 1979 até o presente é a única publicação acadêmica chinesa específica sobre a América Latina. Seus principais leitores são pesquisadores de RI e ciências sociais, funcionários de órgãos de assuntos estrangeiros, universitários e empresários interessados no mercado da América Latina.

A instituição foi fundada em 1961 e era administrada pelo Departamento Internacional do Comitê Central do Partido Comunista. Desde 1981 sua administração foi transferida para a ACSC. O IEAL é nacionalmente o maior instituto de pesquisa especializado na região e tem a maior contribuição de publicações para a área,

incluindo obras originais e traduzidas e grande quantidade de dissertações e pesquisas, muitas das quais ganharam prêmios nacionais e da própria ACSC.

3.6 Fórum Internacional (FI).

É organizado e administrado pelo Instituto de Estudos Internacionais (IEI) da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim (UEEP), e sua publicação é quinzenal. O principal objetivo é pesquisar questões de RI. Foi criado em 1999, a partir de uma reorganização de três periódicos antigos, “Horizonte Internacional”, “Europa Oriental” e “Ásia-África”.

Contando com pessoal habilitado em diversos idiomas, a UEEP criou o IEI para incentivar a pesquisa referente à política, economia, diplomacia e sociedade de nações diversas. Quando da sua fundação, em 1989, chamava-se “Instituto de Relações Internacionais e Culturas Mundiais”, tendo sido renomeado em 1992.

3.7 Revisão Internacional (RI).

Organizado e administrado pela Universidade de Estudos Internacionais de Xangai (UEIX), sua primeira publicação data de 1993. Há várias linhas de pesquisa, incluindo política internacional, segurança internacional, estudo regional e economia mundial. Divulga o trabalho acadêmico de docentes reconhecidos a nível nacional e internacional, bem como opiniões profissionais acerca de tendências globais. Foi premiado como um dos “dez periódicos mais influentes em relações internacionais (1996-2001)” e “PC” em 2003, 2004, 2008 e 2011. Quando da sua fundação, no final de 1949, a UEIX era a primeira universidade de idioma estrangeiro da China. Em 1996, com a aprovação pelo Ministério da Educação, entrou na lista de universidades do “projeto 211”.²⁵

²⁵ É um projeto iniciado no final da década de 90 que ambiciona criar 100 universidades qualificadas que atinjam níveis internacionais.

3.8 Economia Mundial (EM).

Criado em 1978, é organizado pelo IEPM da ACSC e pela SEMC. O conteúdo envolve economia internacional, macro/microeconomia, mercado de capitais, economia política internacional, economia ambiental e energética, mercado financeiro, dentre outros temas. De acordo com sua nota de FI, assume o primeiro lugar dentre os periódicos de economia mundial.

A SEMC é uma organização acadêmica nacional sem fins lucrativos, composta de forma voluntária por unidades e indivíduos que estudam a economia mundial. Foi fundada em Pequim no ano de 1980. O diretor da SEMC, Yongding Yu, é o ex-diretor do IEPM e ex-membro do Comitê de Políticas Monetárias do Banco do Povo da China. Hoje em dia, a SEMC conta com 32 membros corporativos, 100 executivos e mais de mil membros individuais, em grande parte especialistas e docentes que vêm da ACSC, academias locais, universidades e escolas do Partido Comunista.

3.9 Estudo de Economia Mundial (EEM).

Organizado pelo Instituto de Economia Mundial (IEM) da Academia de Ciências Sociais de Xangai (ACSX), estuda basicamente teorias e questões práticas na área da economia mundial. Com ênfase específica às estratégias da abertura econômica chinesa no contexto de globalização, divulga os modelos de desenvolvimento adotados pelos demais países do mundo.

O IEM foi fundado em 1978, e foca na pesquisa complexa, integrando o estudo da economia mundial a questões de RI. A ACSX, fundada em 1956, foi a primeira academia de ciências sociais da China e é, atualmente, a maior dentre as academias regionais.

3.10 Revisão da Economia Internacional (REI)

É mais um periódico organizado pelo IEPM da ACSC, e trata-se da única revista acadêmica chinesa que tem exclusivamente pareceres sobre a economia internacional. O periódico traz análises baseando-se em fatos e levanta soluções e previsões

científicas. Com uma história não muito longa (foi criado em 1993), já alcançou uma posição de destaque e se insere no mundo acadêmico dentro e fora do país. Os principais autores participantes são os melhores economistas e especialistas da área. Nas palavras do periódico internacional *Foreign Policy*, o REI é o exemplo representativo de estudo chinês acerca das questões internacionais. É considerado leitura obrigatória por alguns setores decisórios do país, incluindo o Gabinete de Pesquisas do Conselho Nacional.

4. Resultado Quantitativo de Periódicos.

Através de um estudo quantitativo das dez revistas acadêmicas (2003-2012), pôde-se chegar a um conhecimento melhor acerca das publicações, o que se demonstrará nas seções a seguir.

I. Dentre os seis periódicos de política internacional, com exceção do EAL, há pouquíssimos trabalhos que tratam especificamente do Brasil, totalizando, dentre a quantidade total de 5.832 artigos acadêmicos, apenas 2 deles. Esse número aumenta um pouco se os termos de busca utilizados forem “países emergentes”, “BRICS” ou “países em desenvolvimento”, mas, mesmo assim, trata-se de índice insignificante. Com o objetivo de levantar quais assuntos e países são objeto de mais referências, fez-se uma análise acerca da distribuição de todos os artigos de acordo com seus títulos e resumos.²⁶

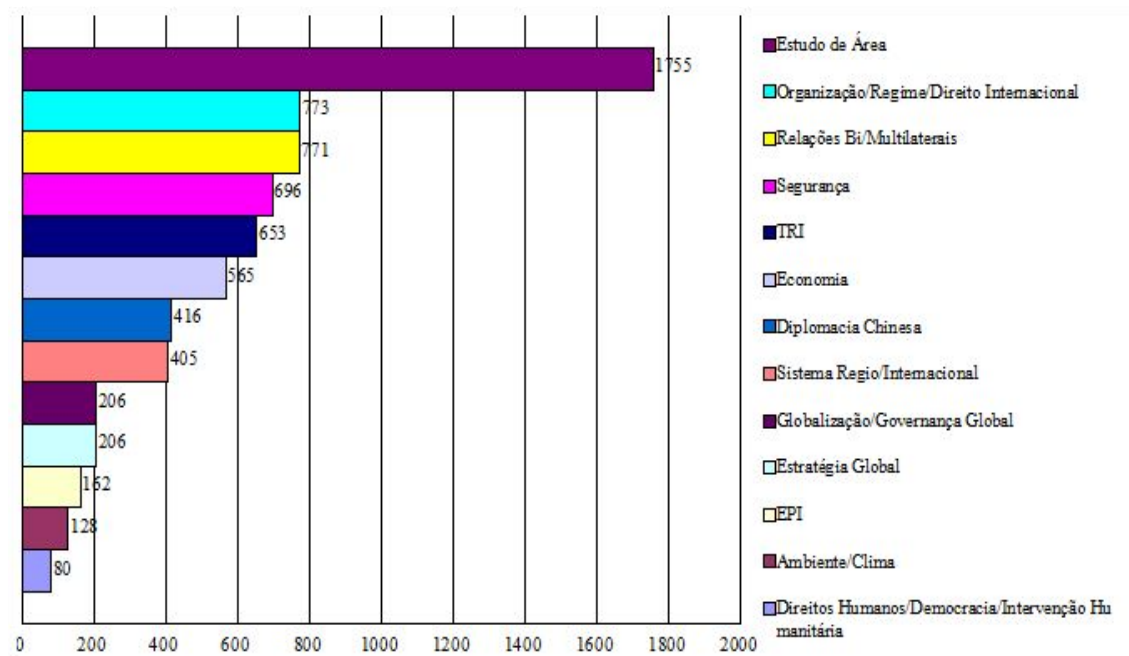
Como mostrado no Gráfico 4.1, o estudo de área é o tema mais estudado, ocupando 30% da quantidade total. Percebe-se que o tema envolve muitas dimensões, abrangendo desde políticas econômicas, diplomáticas, estratégicas, militares até a opinião pública de determinado país ou cooperação comercial, política e segurança regionais. Já organização/regime/direito regional e internacional, relações bilaterais/multilaterais, segurança e TRI são os temas mais valorizados, sendo que esses quatro representam 49.6% – quase a metade da quantidade total. Os últimos dois são meio-ambiente/clima internacional e direitos humanos/democracia/intervenção humanitária, áreas ainda bem recentes no estudo de RI da China.

Devido à sua grande extensão territorial, a cooperação e conflitos com os diversos países vizinhos é inerente à história e política da China. Isso, somado a considerações geopolíticas, faz com que o governo sempre tenha o desenvolvimento de relações externas como prioridade, especialmente em relação àqueles países

²⁶ Relembrando que os anúncios sobre a publicação e notícias de conferências, não são incluídos na quantidade total e, além disso, um artigo pode envolver até três categorias diferentes ao mesmo tempo, a depender da ênfase do trabalho.

estrategicamente influentes, tais como os EUA, o Japão e a Rússia. Os estudos concentram-se nas suas realidades e experiências, bem como nas suas políticas externas em relação à China. Com o reconhecimento da prevalência da globalização, juntamente com o progresso da Reforma e Abertura, a China tem tentado intensificar sua participação no cenário mundial, bem como amplificar cooperações bilaterais e multilaterais por meio de organizações regionais e internacionais nos últimos anos, o que pode explicar o aumento de produção nessa área.

Gráfico 4.1 A Distribuição por Temas (6 periódicos).



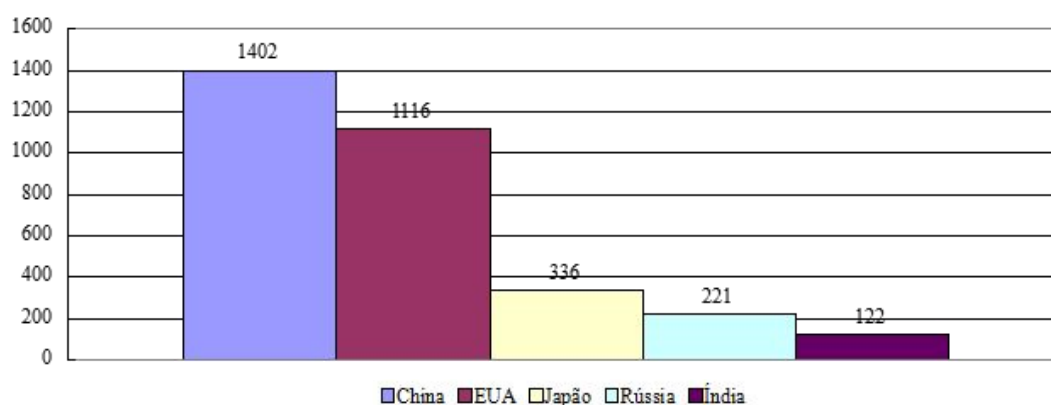
O Gráfico 4.2 revela que, de todos os países, cinco são mais estudados: os Estados Unidos ficam depois da China com uma pequena diferença (1.116 artigos, cerca de 20% do total e quase o dobro dos três países seguintes: o Japão, a Rússia e a Índia).

Como levantado constantemente pela mídia, a relação entre a China e os EUA é “a mais importante do século XXI”. Com uma história de mais de cem anos, seu desenvolvimento não foi tranquilo, pois divergências sempre estiveram presentes nos interesses mútuos e cooperações acordadas. É, portanto, vista como uma relação

muito complexa e extremamente significativa, com impactos para além da dimensão bilateral. Já o Japão costuma ser enfatizado particularmente no âmbito da segurança, pois a relação sino-japonesa está repleta de conflitos militares e territoriais desde a Restauração Meiji. Além disso, trata-se de uma das maiores economias da Ásia Oriental e do mundo. A Índia é interessante para muitos pesquisadores não apenas pela sua proximidade geográfica, mas também pelos aspectos comuns com a China. Trata-se de um país em desenvolvimento e extremamente populoso, e ambos têm cooperações e divergências em diversas áreas. Quanto à Rússia, enquanto grande potência e país contíguo, o peso de estudo pode ser consistentemente compreendido. Aliás, é preciso lembrar que a China teve por muitos anos uma relação intensa e estreita com a União Soviética.

Por fim, é necessário acrescentar que, às vezes, determinado evento conduz ao aumento condensado da presença de um país, tais como o Iraque no ano de 2003 (após o ataque terrorista 11 de setembro) e os EUA em 2009, com o trigésimo aniversário da relação diplomática sino-americana.

Gráfico 4.2 A Distribuição por Países (6 periódicos).



No Gráfico 4.3, observa-se que, de forma geral, a região “Ásia” assume a primeira posição preferencial de estudo, abarcando 405 artigos – 7% da amostra total e duas vezes superior à Europa. Nesse número, compreendem-se várias sub-regiões

como, por exemplo, a Ásia Oriental – sempre relacionada à cooperação econômica e integração regional –, e o Nordeste Asiático, relacionado à questão da segurança. Os artigos sobre a Europa também são facilmente encontrados, e a maioria deles versam sobre integração, identidade coletiva e geopolítica. Desconsiderando a América do Norte, que possui apenas um artigo, a América Latina apresenta a menor quantidade de artigos – 33 –, tendo como principais tópicos a situação política, a ascensão dos países emergentes e as relações externas com outros países.

Assim, o Gráfico 4.4 demonstra que, muito embora a organização regional e internacional tenha se tornado um assunto maior de interesse aos pesquisadores chineses, o foco ainda está concentrado nas organizações internacionais tradicionalmente conhecidas, como a União Europeia e a Organização das Nações Unidas. Com relação às organizações regionais, apenas as asiáticas – como a ANSEA e a SCO – são retratadas. Porém, mesmo o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio não são muito retratados, provavelmente porque os periódicos em questão se relacionam mais com a política do que com a economia.

Gráfico 4.3 A Distribuição por Região (6 periódicos).

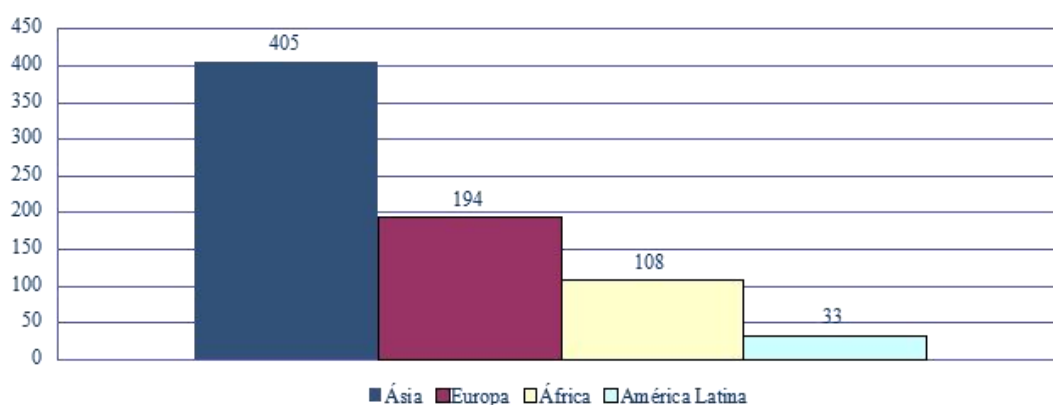
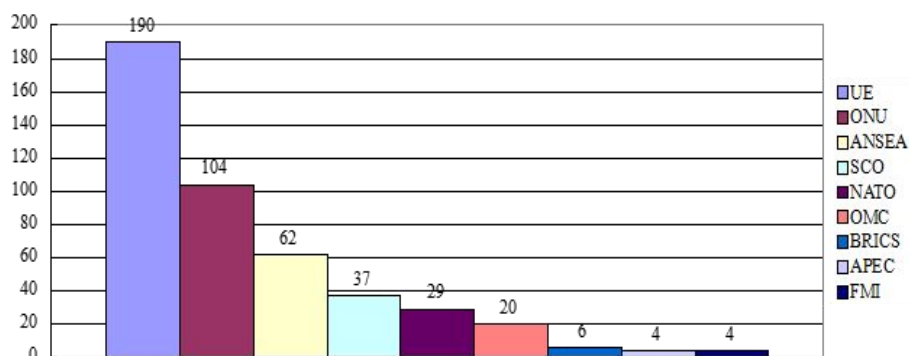


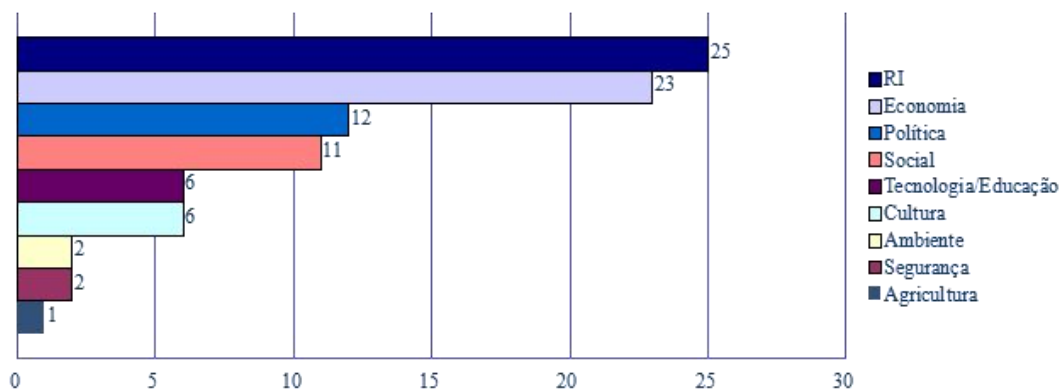
Gráfico 4.4 A Distribuição por Organizações Regionais/Internacionais (6 periódicos).



UE-União Europeia; **ONU**-Orgnização de Nações Unidas; **OTAN**-Organização do Tratado do Atlântico Norte; **OMC**-Organização Mundial do Comércio; **ANSEA**-Associação de Nações do Sudeste Asiático; **APEC**-Cooperação Econômica Ásia-Pacífico; **SCO**-Organização para Cooperação de Xangai; **BRICS**-Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul.

II. Na análise dos resultados (ver Anexo I) do levantamento, feito com base nos principais periódicos acadêmicos chineses – que têm o maior índice de citações e o maior grau de influência no domínio da política e economia internacional (Exceto EAL)–, notou-se que a descrição do Brasil em si não costuma ser o conteúdo principal. Aliás, há poucos trabalhos de estudo aprofundado acerca do Brasil – a academia chinesa não dedica atenção especial à América Latina, sendo os tópicos de maior interesse a Ásia e Europa. Com isso em mente, o segundo segmento tenta analisar exclusivamente o periódico EAL, que como esperado, conta com 88 artigos que se referem diretamente ao Brasil – representando em torno de 10 % da sua quantidade total de 891 artigos, e configurando 96.7% dentre o total dos dez periódicos. Agrupou-se esses 88 artigos em nove categorias, com o intuito de entender quais aspectos do Brasil são mais estudados. No Gráfico 4.5, descobre-se que os primeiros três são “relações internacionais” (25), a economia (23) e a política (11), perfazendo 67% do total. E o tema “social” fica em quarto lugar, atrás apenas de “política”. Enfim, o resultado mostra que, na China, o maior esforço de estudo do Brasil no contexto de relações internacionais está concentrado no IEAL da ACSC – tendo em mente que também há IEAL em outros institutos de pesquisas como, por exemplo, o

Gráfico 4.5 Temas Envolvendo o Brasil no EAL.



III. No Quadro 4.6 verifica-se que não existe um aumento do volume de trabalhos sobre o Brasil no EAL nos últimos dez anos. Ou seja, contrariando o que se esperava, os dados mostram que a quantidade de publicação não é diretamente proporcional ao desenvolvimento das relações bilaterais, mesmo na “ótima época” (a administração do governo Lula) como retratado por muitos pesquisadores. De acordo com a observação dos anexos IV, V e VI, o intercâmbio político e econômico China-Brasil mostrou bastante vigor e obteve muitos resultados no período, tanto pelo constante incremento das atividades comerciais e investimentos como pelos acordos e visitas de alto escalão realizados. Seria de se esperar que a quantidade de artigos diminuísse no mandato de Dilma Rousseff, mas não há evidências suficientes quanto a isso.

Quadro 4.6 Quantidade de Artigos por Ano (2003-2012).

²⁷ Segundo uma reportagem sobre o estudo da América Latina na China, a ACSC e o IRICC são os dois principais centros de pesquisa. Além deles, há unidades de pesquisa também na Universidade de Pequim, Universidade de Fudan e Universidade de Nankai, nas quais o estudo é dedicado à história da respectiva região. Nos últimos anos, devido à crescente demanda, o número de universidades desse tipo aumentou. Para maiores informações, conferir: http://www.chinatoday.com.cn/ctchinese/chinaworld/article/2013-02/26/content_520465.htm. Último acesso em 08 de agosto de 2014.

2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
8	9	12	9	11	9	11	7	8	4

IV. O Quadro 4.7 faz uma comparação da quantidade de artigos sobre o Brasil com outros cinco países que possuem semelhanças em determinados aspectos com o Brasil. A Índia e a Rússia são membros dos “BRICS” e “economias emergentes”, além de serem potências parecidas quanto à extensão territorial, capacidade econômica e recursos naturais. Por outro lado, o México, a Argentina e o Chile são os maiores países da América Latina e vêm mantendo cooperações dinâmicas com a China nas últimas décadas, assim como o Brasil. Portanto, o quadro abaixo apresenta que, fora do EAL, há pouquíssimos trabalhos referentes aos outros países da mesma região, o México é retratado por 10 – o maior índice de publicação –, enquanto a Argentina tem 2 e o Chile, 3. No entanto, é importante salientar que mais de 90% desses trabalhos encontram-se no EAL. No tocante aos dez periódicos, o Brasil fica em primeiro lugar, seguido pelo México, sendo o Chile o último colocado. A Rússia (284) e a Índia (151) contam com participação bastante superior. Como mencionado, a prioridade do estudo de RI na China ainda é a Ásia devido às considerações geopolíticas e estratégicas – ou seja, o interesse acadêmico na região é maior do que aquele dispensado à América Latina. Como o Brasil é um país de grande importância na região, na visão dos pesquisadores chineses – o que será explicitado na terceira parte do trabalho –, há mais publicações relativas a ele que aos demais países da América Latina.

Quadro 4.7 Comparação com Outros Países (10 periódicos).

	RAE	RI	EMP	EI	RIC	FI	EEM	EM	REM	EAL	TOTAL
Chile	0	0	0	0	1	1	0	0	1	40	43
Argentina	0	0	0	0	0	0	0	0	2	56	58
México	1	0	1	0	1	0	7	0	0	67	77
Brasil	1	0	0	0	0	1	0	0	1	88	90

Índia	6	11	11	31	41	24	15	4	6	2	151
Rússia	19	26	30	39	66	41	29	6	21	7	284

5. Revisão da Perspectiva Acadêmica Chinesa.

Conforme os resultados da seção anterior, 96.7 % dos artigos associados ao Brasil são publicados no periódico EAL. Desses 88 artigos, cerca de 70% envolvem os termos “RI”, “Política” e “Economia”, ou seja, a interpretação da perspectiva acadêmica estará basicamente concentrada no EAL e nesses três temas.

Os artigos que abordam o tema “Economia” são bastante diversificados, existindo 22 no total. Desses, 8 tratam de setores específicos, como finanças, siderurgia, e petróleo e, quanto aos demais, uma parte estuda a economia geral do país, outra tem por objeto um aspecto específico e uma pequena parte de artigos relaciona a economia com outra área, e.g. os efeitos sociais conduzidos pelo desenvolvimento econômico. Por outro lado, além das descrições fundamentais e revisões históricas apresentadas na maioria dos artigos, alguns mostram argumentos analíticos e dados relativamente mais sistemáticos, e.g. “A Economia Dual do Brasil: Perfil, Evolução e Avaliação” e “A Avaliação sobre a Competitividade da Indústria Brasileira”. Há, inclusive, um artigo de estudo empírico sobre o Mercado de Câmbio, ou seja, trata-se de artigos mais técnicos da área econômica.

Percebe-se que, em geral, os trabalhos acadêmicos apresentam duas intenções, quais sejam, de fornecer informações – sendo o melhor exemplo “As Políticas Financeiras e Monetárias do Brasil”, que traz muitos dados estatísticos tanto oficiais quanto originais, e pode ser fonte bastante útil para quem estiver em busca desse tipo de dado – e de aprender e refletir através das experiências brasileiras. “A Transformação de Empresas Estatais Brasileiras e Lição Aprendida”, “O Apoio Financeiro às Regiões Menos Desenvolvidas no Brasil e Reflexões” e “Uma Análise sobre a Reforma do Sistema Elétrico do Brasil” são casos em que os pesquisadores levantam o que pode ser aproveitado e evitado com relação às reformas e políticas econômicas do Brasil.

É importante ainda fazer referência aos pontos observados pelos artigos analisados. Trata-se, em sua maioria, de artigos curtos, contendo normalmente em

torno de 7 páginas – alguns chegam a ter duas páginas –, o que torna os argumentos bem genéricos. Sente-se falta de uma apresentação mais sistemática do contexto em alguns artigos. Outro ponto relevante é que referências brasileiras são raramente utilizadas, com a exceção do texto “A Internacionalização e Estratégia do Desenvolvimento das Empresas de Petróleo Brasileiras”, cuja bibliografia é majoritariamente brasileira. Nos demais artigos, as citações vêm de fontes americanas ou chinesas. Vários textos são informativos, não analíticos, e seu objetivo principal é apresentar o desenvolvimento ou atualidade de um assunto, tais como “As Políticas Financeiras e Monetárias do Brasil”, “Estudo do Caso da Privatização da Vale”. “Brasil – o País Favorito do Investimento das Empresas Siderúrgicas”.

Em segundo lugar, há 11 artigos relacionados à política, ou seja, menos da metade dos que tratam do tema econômico. Mesmo assim, esse substrato pode ser subdividido em três partes: 2 artigos versam sobre eleição presidencial (de 2007 e de 2010), fornecendo uma análise de políticas dos novos governos; 3 artigos tratam de temas específicos como, por exemplo, sobre o mecanismo e o sistema de avaliação da lei anticorrupção e sobre a transformação política brasileira; os últimos 6 configuram descrições sobre partidos políticos brasileiros, envolvendo o Partido Trabalhista e o Partido Comunista – “A Posição Política Atual do Partido Comunista no Brasil”, “A Revisão do Regime e a Organização do Partido Trabalhista Brasileiro”. Além disso, a estrutura e tamanho dos trabalhos acadêmicos são semelhantes àqueles que abordam o ponto de vista econômico.

Em terceiro lugar, há 25 artigos do tema RI, que se subdividem em: 14 artigos tratam das relações bilaterais ou multilaterais entre o Brasil e outros países – e dentre essa amostra, 9 tratam das relações sino-brasileiras (4 acerca da relação econômico-comercial e 5 acerca da relação em sentido amplo), 4 tratam das relações com a Rússia e os EUA, sendo 2 para cada um, e o último aborda a relação multilateral com a Índia e a África do Sul. Outro aspecto abordado é a diplomacia brasileira, sendo que 3 estudam a ascensão brasileira e o impacto no sistema internacional e 6 a posição do Brasil como a “grande potência” e a estratégia global

definida pelo país.

Observa-se uma discussão relevante nos artigos sobre a aceitação ou não do Brasil enquanto potência, considerando sua posição e influência internacional. (ZHOU, 2005; ZHANG, 2007; NIU, 2009; WANG, 2012) Esses autores apontam a controvérsia na comunidade acadêmica sobre a questão, e destacam que, com a importância assumida pelo Brasil no cenário internacional nos últimos anos, torna-se cada vez mais importante sedimentar um entendimento preciso e adequado sobre o país – principalmente no que diz respeito à estratégia da China quanto à relação bilateral e às medidas diplomáticas futuras.

Entre os autores, a posição de Wang Junsheng é a mais otimista. O acadêmico entende que, levando em consideração as condições básicas e o ambiente global, o Brasil possui qualidades essenciais a “uma grande potência”. Em primeiro lugar devido ao atributo geográfico, já que o Brasil está situado no coração da América Latina e faz fronteira com dez países. Trata-se do maior país da região e o quinto colocado na dimensão mundial em termos de área total. Possui porcentagem relevante de população jovem. Tem recursos naturais em abundância e é autossuficiente nas principais indústrias. Além disso, a dependência de outras economias em relação a determinados recursos naturais brasileiros intensifica-se ano após ano. Em segundo lugar, a economia brasileira permanece dinâmica ao longo de seu recente desenvolvimento e com as últimas reformas, visto que é a sétima economia mundial e o oitavo destino de investimento estrangeiro direto no mundo. Isso torna o país ainda mais influente, levando em conta que, atualmente, o poder econômico e a independência em relação a economias mais fortes são fatores mais relevantes que os fatores militares na competição internacional. Não bastassem esses aspectos, a complexidade da indústria brasileira é bastante significativa, abrangendo petroquímica, mineração, siderurgia e o setor automobilístico. A fabricação de aeronaves e a indústria de biocombustíveis alcançam hoje reconhecimento mundial. Trata-se ainda de um produtor agrícola muito importante, principal exportador de vários produtos agropecuários como soja, açúcar, milho, carne e frango. A pesquisa

científica na área, liderada pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), é também muito avançado. Além disso, Wang considera o ambiente político do Brasil – que conta com uma democracia representativa desde o fim da ditadura militar – estável. O Brasil vivenciou seis sucessões presidenciais moderadas, sendo que os últimos líderes tendem a convergir em relação à governança doméstica. Finalmente, assim como outros países emergentes, o Brasil expandiu-se paralelamente às transformações do contexto global pós-Guerra Fria, adotou políticas externas pragmáticas e delineou uma agenda diplomática em busca de uma posição de “grande potência”, tomando por objetivo o desenvolvimento nacional.

Embora reconheça os pontos descritos por Wang, Zhou apresenta ponto de vista diverso. Para ele, o fato de o Brasil preencher determinados fatores restritivos faz com que o país não possa ser encarado enquanto potência mundial, principalmente em face dos seguintes motivos: a falta da autonomia torna a economia relativamente instável – a maior parte das exportações é composta por produtos primários e, além disso, a dívida externa é considerável. Em segundo lugar, existe na economia brasileira o desequilíbrio e a polarização tanto no aspecto da distribuição de renda quanto no desenvolvimento regional. O terceiro ponto é o baixo nível do desenvolvimento humano, que é calculado, segundo Zhou, com base em três elementos: PIB, qualidade da vida e educação. O autor argumenta que o Brasil é um país com escassez de recursos humanos, pois a população com ensino superior é pequena, bem como a quantidade de especialistas em ciências e engenharia. Ademais, o comércio brasileiro, quer no tocante às exportações, quer no tocante às importações, não representa parcela relevante no comércio internacional global. Por fim, embora seja o maior país da América Latina, a diferença entre a competitividade do Brasil e a de outros países latino-americanos não é muito grande. É, aliás, o único país da região cujo idioma é o português, sendo sua cultura um pouco diferenciada. Cabe ainda salientar que algumas políticas externas do Brasil têm causado insatisfações e retaliações dos demais países da América Latina nos últimos anos.

A título de conclusão, expor-se-á a posição de Niu, cujo pensamento é baseado na visão de Zhou sendo, no entanto, um pouco mais completo. Nas palavras de Niu, na esteira da experiência dos grandes países da história e seguindo a tendência da globalização, o Brasil restringe seus gastos na defesa e na construção militar, investindo mais na diplomacia – cuja principal intenção é o desenvolvimento nacional. Embora posta em dúvida a sua condição de “grande potência” – devido à ausência de determinadas condições – a diplomacia brasileira atua como que em nome de uma potência, o que lhe trouxe muitos benefícios. Portanto, de fato, em relação às despesas militares, à dimensão do efetivo do exército e ao volume de comércio internacional, o Brasil não possui poder estrutural para influenciar o sistema internacional. Essa limitação, no entanto, incentivou o Brasil a escolher uma estratégia global muito pragmática e altamente internacionalizada, favorecendo os interesses nacionais. Essa estratégia pode ser descrita a partir de dois aspectos, relacionados nos próximos parágrafos.

Primeiro, a nível regional, o Brasil procura mais apoio e participação nos assuntos internacionais por meio da promoção das cooperações regionais. Um exemplo é o MERCOSUL, que funciona como diretiva para fortalecer as relações com países vizinhos e, ao mesmo tempo, para se inserir na globalização econômica e alcançar a liderança na América do Sul. O governo Lula dedicou-se extensivamente à integração regional, fortalecendo o MERCOSUL e organizando diversas edições da Cúpula das Nações Sul-Americanas, intensificando também a autonomia nas negociações com os EUA a respeito da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Por outro lado, em sede mundial, através de uma atuação bastante presente e representativa nas organizações internacionais, na modificação da ordem internacional e nos desafios globais, o Brasil procura estabelecer um ambiente mais favorável para o desenvolvimento de si e de outros países em desenvolvimento. Nos últimos anos, o Brasil promoveu reformas no Conselho de Segurança da ONU e no FMI, desempenhou importante papel nas negociações da Rodada de Doha e atuou no

estabelecimento de mecanismos de coordenação e cooperação dos países emergentes. Além disso, contou com participações positivas na manutenção da paz bem como nos assuntos internacionais envolvendo mudanças climáticas e crises de fome. Niu acrescenta ainda que, apesar de sua pequena participação no comércio internacional, o Brasil é um dos países mais ativos nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), e tem parceiros comerciais diversificados, além de manter relações comerciais estreitas com os Estados Unidos e a União Europeia. Sua relação com os maiores países em desenvolvimento – como a China, a Rússia e a Índia, entre outros – também deve ser salientada.

Percebe-se então que a relação bilateral sino-brasileira é parte relevante do estudo do Brasil e, quanto a isso, os artigos apresentam argumentos plenamente positivos e otimistas, afirmando que, com uma base sólida e razoável, esta relação é vigorosa em vários campos, e que pode e deve ser fortalecida e aprofundada apesar dos desafios encontrados no momento e que venham a ser encontrados no futuro. Os artigos também apresentam vários pontos em comum quanto ao seu conteúdo: normalmente, começam com uma introdução histórica, depois mencionam principais características da relação de acordo com o aspecto político, econômico-comercial e tecnológico. Alguns autores até acrescentam o aspecto cultural e educacional. Como consequência direta, além de poucas diferenças com relação a exemplos citados e dados estatísticos, raramente encontram-se opiniões divergentes. Enquanto a maioria deles aponta a importância desta relação, uma parte dos artigos tenta explorar mais os motivos como, por exemplo, “O Peso Estratégico do Brasil e A Relação Sino-Brasileira”, que analisa quais são as vantagens estratégicas para a China e Brasil no estabelecimento de uma relação bilateral cooperativa. Há ainda artigos que discutem as dificuldades que existem nesta relação, dando perspectivas e sugestões na conclusão. Enfim, todos os artigos reconhecem uma acentuada cooperação entre os dois países em diversos setores, ressaltando o destaque do comércio, que é considerado a parte essencial e o fator mais incentivado da parceria estratégica da China e o Brasil.

De acordo com os artigos, o intercâmbio comercial tem passado por um crescimento marcante e constante nos últimos quinze anos, o que ocorre devido à complementaridade da economia dos dois países. O Brasil é uma potência exportadora de produtos agrícolas, energéticos e minérios, que atendem a massiva demanda chinesa. “o comércio teve um grande salto desde 1999, aumentando o volume comercial de US\$ 1.845 bilhões, em 1999, para US\$ 48.5 bilhões, em 2008, alcançando a marca dos US\$ 84.2 bilhões em 2011 – número 4.952 vezes superior àquele do ano de 1974. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial brasileiro²⁸ – tendo ultrapassado os Estados Unidos –, o maior destino exportador e a segunda origem importadora do Brasil. Já o Brasil ocupa hoje a nona posição nas importações chinesas, tendo ultrapassado inclusive a Índia” (ZUO, 2011).

Salienta-se repetidas vezes nos artigos que houve um rápido crescimento do investimento empresarial em ambos os territórios, especialmente no que diz respeito ao investimento chinês direto no Brasil – o aumento é destaque tanto pela quantidade quanto pela variedade. “De 2001 até 2009, o valor acumulado do investimento chinês era de US\$ 0.213 bilhões, ocupando apenas 0.05% da totalidade do investimento estrangeiro direto. No entanto, até a primeira metade de 2010, o valor cresceu drasticamente até a marca dos US\$ 12 bilhões. A China, anteriormente na vigésima posição tornou-se, ao invés dos EUA, o primeiro investidor estrangeiro no Brasil, com diversas áreas cobertas, entre elas, o petróleo, a siderurgia, a mineração e a energia (Sinochem, Sinopec, State Grid), o setor automobilístico (Chery) e de equipamentos pesados (Sany). Há ainda a sua expansão para áreas como a de infraestrutura (Porto de Açú).” (ZUO, 2011).

Por outro lado, os trabalhos observam que a China e o Brasil possuem diversas posições e interesses em comum. Uma vez que podem ser considerados como países emergentes e potências, sua preferência estratégica é desenvolver a economia nacional e tornar o país econômica e tecnologicamente competitivo. Adotam, ainda, políticas externas autônomas e desejam um ambiente internacional mais pacífico,

²⁸ Os anteriores são Portugal, Inglaterra, Estados Unidos, o último manteve isto por oitenta anos.

estável e multipolar. Não há divergências substanciais, e defendem opiniões semelhantes em relação a várias questões internacionais, promovendo inclusive a cooperação Sul-Sul nas negociações multilaterais. Tudo isso, segundo os artigos, representa o fator fundamental do fortalecimento da parceria estratégica e da colaboração política. Nesse sentido, é necessário apontar que, dentre as diversas cooperações políticas, o “Plano da Ação Conjunta da República Federativa do Brasil e a República Popular da China (2010-2014)” foi o mais destacado, devido principalmente à sua viabilidade e concretude. Este “Plano da Ação Conjunta” tem por base a assinatura da “Declaração Associada de Aprofundar a Parceria Estratégica Sino-brasileira”, celebrada durante visita do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva à China em agosto de 2009. Neste plano, além da descrição de motivos e metas de cooperação, também são indicados e detalhados os regulamentos acerca dos setores operacionais e decisórios. A cooperação acordada abrange a economia, a política, a mineração energética, a agricultura, as finanças, a supervisão de qualidade e o setor aeroespacial.

No cenário multilateral tais como no âmbito da ONU e dos BRICS, a cooperação China-Brasil é abrangente e representativa, alcançando áreas como direitos humanos, meio-ambiente e reformas financeiras.²⁹ Além de promover o desenvolvimento e reestruturação da ONU e intensificar intercâmbios entre membros dos BRICS, a relação sino-brasileira também é significativa em diversos aspectos como, por exemplo, na redução da distância entre países emergentes e países desenvolvidos, tornando essas cooperações mais relevantes na reforma do sistema mundial. Ademais, a participação e cooperação proativa dos países emergentes favorece a governança global, já que esse grupo de países é figura indispensável ao cenário internacional devido à sua crescente importância nas relações mundiais. (JIN, 2012)

²⁹ Principalmente no que diz respeito ao consenso sobre a Crise da Síria, aos diálogos e negociações realizadas nas Conferências das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (Bali, 2007; Copenhagen, 2009; Durban, 2011), bem como na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) de 2012 e aos esforços dos últimos três anos em relação às transações em moedas locais, destinadas a facilitar o comércio e investimento entre os BRICS.

No tocante à cooperação tecnológica, as cooperações na área de aviação e no setor espacial são as mais recorrentes, “(...) a colaboração em satélites lançados com recursos mútuos é sempre apontada como um caso bem sucedido da cooperação Sul-Sul”. “Outro exemplo mais recente é a Harbin Embraer Avião Indústria Ltda. da China, que foi fundada pela Embraer S. A. e a Harbin Aviação Indústria Ltda. (...)” (CHEN, 2009). Aponta-se ainda que as cooperações têm por objetivo a transferência de tecnologia desde os campos da exploração de petróleo e do etanol até a área da alta tecnologia, tais como a engenharia informática, a tecnologia biológica e materiais renováveis.

Ainda segundo os artigos, o intercâmbio cultural foi intensificado por vários acordos bilaterais culturais e educacionais nos últimos 30 anos, e diversas exposições históricas e culturais foram realizadas na China e no Brasil. Salientam-se as frequentes trocas acadêmicas – como no caso da ACSC, que recebeu diplomatas, docentes e economistas brasileiros na China e tem enviado pesquisadores visitantes para institutos acadêmicos brasileiros.

De qualquer forma, além das numerosas evidências estatísticas, a intensificação da relação sino-brasileira também pode ser compreendida a partir de argumentos utilizados em momentos diferentes. É interessante abordar um artigo remoto (Li, 2001), que acha que, encarando uma potencial relação política bastante vigorosa, existem vários fatores desfavoráveis para a relação comercial sino-brasileira ser mais melhor promovida, como é o caso da forte competição com o MERCOSUL e o insuficiente conhecimento mútuo, principalmente no que diz respeito a produtos e regras jurídicas. No olhar aí abordado, o mesmo ocorre no aspecto cultural, uma vez que o volume de turistas por ano é bem menor se comparado a outros destinos, e a presença da mídia ainda é bem limitada entre os países. Contudo, os artigos posteriores já apresentam perspectivas mais positivas, embora reconheçam certas dificuldades. Essa mudança de posicionamento pode ser explicada por crescentes esforços no sentido de estimular as cooperações bilaterais por algumas organizações (não) governamentais surgidas nos últimos anos (Anexo II). Ademais, a expansão das

universidades e instituições chinesas que fornecem cursos de idioma português e o fortalecimento do Instituto Confúcio no Brasil contribuíram para criar mais condições para o conhecimento mútuo. No entendimento de Duqing Chen, o ex-embaixador chinês no Brasil e atualmente diretor do Centro de Estudos Brasileiros do IEAL da ACSC, a relação entre ambos os países desenvolveu-se rapidamente durante um período muito curto. “Ao chegar no Brasil pela quarta vez em junho de 2006, não imaginava tanta atenção proveniente dos mais diversos campos brasileiros. Durante meu mandato de três anos, fui convidado por várias câmaras comerciais, federações industriais, universidades, centros de pesquisa e instituições militares de muitos estados para falar em palestras sobre a relação sino-brasileira, a ascensão econômica chinesa e outras questões importantes das relações internacionais. Dou-me por muito satisfeito por ter realizado a “Conferência Exclusiva sobre a China” com a presença de diplomatas e pesquisadores importantes e jornalistas das maiores agências de imprensa brasileiras, conferência essa cujo público superou o número de 500 participantes (CHEN, 2009)”. A perspectiva de Chen em relação à relação comercial é, portanto, bastante positiva, destacando o autor que há espaço no futuro tanto para o comércio quanto para o investimento bilateral – o que demandará engajamento por parte das empresas de ambos os lados, principalmente das brasileiras, que precisam tornar-se conhecidas pelo mercado chinês. Quanto aos conflitos comerciais, Chen considera que representam sinais positivos de um fluxo comercial em larga escala. Trata-se, ainda, de parcela mínima dentre as exportações chinesas, e tendem a ser resolvidos por normas internacionais e negociações amistosas. Futuramente, os dois lados devem esforçar-se por cooperações nas áreas de alta tecnologia e valor agregado.

A título de resumo do que foi dito até agora, o bom desenvolvimento da relação sino-brasileira possui diversas razões – além dos elementos fundamentais, tais como a estabilidade econômica e política de ambos os lados e os acordos diplomáticos e estratégicos.

Devido à demora dos avanços nos tratados de cooperação com a Europa – o

destino exportador tradicional do Brasil – e os conflitos com o parceiro norte-americano nas relações comerciais, os investidores brasileiros voltaram-se ao mercado gigante e cada vez mais aberto da China para estabilizar as exportações brasileiras (HE, 1995). Da mesma maneira, para a China, o Brasil representa um país de peso significativo em relação ao potencial energético, por ser um dos países mais abundantes em ferro, manganês, estanho, bauxita e dióxido de titânio, tanto no que diz respeito à reserva absoluta quanto à quantidade capital. Paralelamente, a China é o maior consumidor mundial de carvão, aço e cobre e o segundo de petróleo e eletricidade. Para ilustrar essa demanda, em 2003, 0.1863 bilhão toneladas de ferro foram exportados pela Vale, a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Dessa quantidade, 25.9 milhões foram para a China, que é o maior comprador asiático. A demanda é massiva e o recurso é restrito, o que já se tornou um desafio para o desenvolvimento sustentável da economia. A China necessita, assim, da cooperação internacional (ZHOU, 2006).

Por outro lado, a China contém 20% da população mundial, e mesmo que seja gigante em termos territoriais, a área útil agrícola é reduzida por causa de determinadas condições geográficas e históricas. A segurança da alimentação a longo prazo é, como consequência disso, preocupante. Em contraposição a esse cenário, o Brasil é considerado o “Celeiro do Século XXI” pela abundância de alimentos como feijão, arroz, milho, frango e carne, que são produtos importantes no mercado internacional, e cuja área de plantio ocupa apenas 22% da terra fértil brasileira (que, de acordo com estimativa oficial, ainda tem 0.547 bilhão de hectares de terra agricultável disponível). Adicionalmente, no tocante à energia renovável, a tecnologia do etanol é bem avançada e bastante aplicada. Caso a China consiga seguir o mesmo caminho, poderá diminuir radicalmente sua dependência do petróleo (ZHOU, 2006). Visão semelhante também é trazida por Zuo, que observa uma extraordinária complementaridade econômica entre China e Brasil, principalmente em relação à mineração, recursos agrícolas, combustível biológico, infraestrutura, dentre outros.

Alguns interesses políticos também estimularam esta relação. De acordo com as

observações, o Brasil busca uma maior influência e participação no cenário internacional através de uma relação afirmativa com a China, levando em conta que a China é um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Essa parceria ajuda o país latino-americano a conseguir mais benefícios nos assuntos econômicos e políticos internacionais (HE, 1995). Por outro lado, como o Brasil tem influência econômica, política e militar na região, a manutenção de uma boa relação com o Brasil é um ponto essencial para que a China possa desenvolver uma relação com a América Latina. “Nos últimos anos, o Brasil tem participado positivamente nos assuntos regionais, especialmente após o início do governo Lula: apoiar o governo Chávez, promover a pacificação da Colômbia, mandar soldados da força de paz ao Haiti, perdoar a dívida da Bolívia, mediar a crise do Equador... E no que diz respeito à quantidade de armamento e às despesas militares, o Brasil é superior a outros países da região. Além disso, como quase metade dos países que têm relação diplomática com Taiwan ficam na América Latina, a China tenta acelerar o processo da unificação do país por meio da potência regional brasileira” (ZHOU, 2006).

Com tudo isso em mente, é importante acrescentar duas observações. Primeiro, nos artigos mais recentes, os desafios apontados quanto ao desenvolvimento da relação sino-brasileira são mais concretos, o que demonstra que o conhecimento e a experiência dos analistas estão se tornando mais ricos e profundos ao longo da evolução da relação bilateral. Ou seja, com a aproximação entre os países, o ponto de vista acadêmico também precisa ser mais específico e construtivo. Um exemplo: no tocante ao investimento chinês no Brasil, além de se tratar da quantidade e dimensão dos projetos envolvidos – como os artigos tradicionais –, começa-se a destacar também alguns problemas encarados pelas empresas chinesas no processo de operação, por exemplo, os riscos e dificuldades do mercado brasileiro – o que tem atualmente atraído cada vez mais a atenção de pesquisadores chineses da área.

Em segundo lugar, apesar da opinião dominante ser favorável à relação sino-brasileira, há autores – como Jin e Zuo – que levantam uma série de considerações acerca de suas desvantagens:

A reação neutra da China com relação ao interesse do Brasil de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU tem causado diversas críticas e divergências na sociedade brasileira; enquanto as atividades comerciais estão cada vez mais vigorosas, têm aumentado também os conflitos. Há muitos processos de antidumping contra os produtos chineses e, além disso, o Brasil e a China são concorrentes no setor de produtos manufaturados, o que incentiva o Brasil a tomar medidas mais protecionistas e pressionar o governo chinês a valorizar sua moeda; a enorme e crescente demanda chinesa em matéria energética tornou o comércio bilateral mais assimétrico e, ao mesmo tempo, como a China é o maior comprador, fica também mais vulnerável nas negociações por preço; no Brasil há críticas constantes sobre o investimento cada vez maior da China no país, – críticas essas que se acentuam no tocante à mineração e aquisição de terras; as empresas chinesas estão enfrentando muitas barreiras de investimento, tais como alta carga tributária e insegurança jurídica. (ZUO, 2011, pp. 40-42.)

Finalmente, os artigos analisados trazem que, tendo a relação diplomática sido fundada em 1974, a relação sino-brasileira passou a acentuar-se na administração do governo Lula, adquirindo maior dinâmica e maiores retornos. Esta relação não é simplesmente baseada nas considerações econômicas, mas também nos interesses políticos, energéticos e tecnológicos. Além disso, o Brasil pretende ser beneficiado por influências internacionais conduzidas pela ascensão chinesa, assim como a China reconhece o valor estratégico que o Brasil representa nos assuntos regionais e internacionais.

6. Conclusão.

Com base na pesquisa feita com os dez periódicos acadêmicos mais influentes da China na área de política e economia internacional, e que também são publicações acadêmicas dos principais TTs de política externa, chegamos à conclusão de que o Brasil, primeiro país em desenvolvimento com o qual a China estabeleceu uma parceria estratégica – e hoje em dia o seu maior parceiro comercial da América Latina –, não faz parte dos temas relevantes de estudo das RI no país. Enfrentando a elevação da posição internacional do Brasil nos últimos anos e as crescentes cooperações com a China, a distribuição dos artigos mostra que o maior peso de pesquisa ainda está centrado nos países tradicionalmente importantes, como os EUA, a Rússia e o Japão, e em comparação a uma alta referência a estes países, a presença do Brasil na academia chinesa é ínfima. No mesmo sentido, a Europa e a Ásia são regiões-alvo de estudos, em detrimento da América Latina. As pesquisas sobre o Brasil e outros países da América Latina, tais como o Chile, o México e a Argentina, são concentradas no EAL, que é publicado pelo IEAL da ACSC, atualmente a maior instituição de pesquisa sobre a região.

Contudo, a carência do estudo sobre a região também é percebida e confessada por vários docentes. Guoping Wu, diretor do Centro da América Latina e Caribe da Universidade de Tecnologia do Sudoeste, em entrevista no ano de 2013, ressaltou que a exigência do conhecimento mútuo é muito desejada por investidores e docentes de ambas as partes, mas na presente fase a pesquisa está limitada e relativamente superficial devido à falta de pesquisadores que dominem o idioma – o que é considerado o elemento fundamental para pesquisas. Wu afirma ainda que mais intercâmbios acerca dos resultados de pesquisa devam ser realizados, e muito embora a ACSC organize uma conferência internacional em relação à região duas vezes por ano, é necessário que haja mais iniciativas desse tipo.

Mesmo que no “EAL” tenham sido levantados 88 artigos sobre o Brasil – o maior número dentre todos os periódicos –, não houve um crescimento na publicação ao

longo de dez anos, o que seria de se esperar diante da relação bilateral bem afirmativa e relevante principalmente a partir do mandato Lula. Quanto ao conteúdo, os artigos envolvem diversos temas, desde as questões de RI até a discussão sobre a agricultura. Relações Internacionais, política e economia são as três áreas de maior interesse na pesquisa – as relações bilaterais entre a China e o Brasil é um tópico bastante trabalhado. Ao mesmo tempo, a maior parte dos artigos, além de genérica, é mais descritiva que analítica e, no caso dos artigos de RI, avaliam a relação sino-brasileira tendo por base sempre os seguintes tópicos: desenvolvimento histórico; os avanços conquistados; desafios ou oportunidades. Poucos exploram o mecanismo de forma mais aprofundada ou um aspecto específico desta parceria como, por exemplo, uma análise sobre determinados problemas presentes na relação comercial. Isso provavelmente está relacionado com a realidade acadêmica das RI da China – como foi descrito na revisão bibliográfica. Os métodos tradicionais são amplamente utilizados nas pesquisas, o que está relacionado à falta de pesquisadores de diferentes áreas. De acordo com informações do site oficial do IEAL da ACSC, há 7 funcionários permanentes no departamento de RI, um diretor, 2 assistentes de pesquisa, 3 pesquisadores auxiliares e 1 estagiário, sendo que dois deles têm formação em RI e muitos deles são formados em história.

No entanto, o resultado acima não significa que o Brasil não é um tema valorizado na China. Muito pelo contrário. A partir de uma visão geral, é possível perceber o interesse e esforços crescentes para a cristalização do Brasil como objeto de pesquisa, o que deve se desenvolver de forma mais dinâmica em um futuro próximo, principalmente levando em conta os seguintes pontos: o aumento da quantidade das empresas que investem no Brasil e o desenvolvimento do comércio bilateral terminarão por incentivar esse estudo por parte do governo; na China, o número de pessoas que domina a língua portuguesa tem crescido rapidamente nos últimos cinco anos, visto que cada vez mais universidades e escolas de idioma oferecem o curso; o número de centros de pesquisa especializados em América Latina aumentou, além de IEAL da ACSC e do IRICC, dezenas de universidades

inauguraram institutos desse tipo nos últimos dez anos; por fim, atualmente há mais de um centro de estudos sobre o Brasil na China – como o da ACSC, da Universidade de Pequim e da Universidade de Hubei, a qual inaugurou o primeiro Instituto Confúcio no Brasil, em conjunto com a UNESP. Citando palavras de Baiyi Wu, o vice-presidente do IEAL da ACSC e o diretor executivo do Centro de Estudos Brasileiros da ACSC, a principal intenção da instituição é enfatizar o estudo sobre o Brasil e estimular o desenvolvimento da relação sino-brasileira, atuando enquanto conexão entre o governo e as empresas, fornecendo consultorias para ambos os lados e, assim, aumentando o peso acadêmico no processo decisório. Da mesma forma, as pesquisas podem ser ampliadas, enriquecidas e até ratificadas por meio desta prática.

Finalmente, na perspectiva acadêmica chinesa, o Brasil é o país mais importante da América Latina, devido principalmente à sua competitividade no setor econômico, político e militar, e é visto como um parceiro estratégico na dimensão regional e internacional devido ao seu potencial energético e tecnológico. Por abranger um mercado consumidor em expansão, uma produção relevante em termos agropecuários e indústrias de referência como a de aviação civil e de energia alternativa, muito se tem discorrido acerca do potencial econômico brasileiro. Contudo, alguns autores têm destacado a fragilidade da economia do país, baseados principalmente na distribuição desigual de renda, no descompasso de desenvolvimento entre as diferentes regiões do país e na falta de profissionais qualificados e especialistas técnicos. A título de conclusão, cumpre afirmar que o Brasil ainda não é definido enquanto potência pela academia chinesa. Pode-se afirmar, no entanto, que em diferentes momentos, diferentes pesquisadores têm enxergado graus diversos de influência e poder por parte do Brasil. Esses mesmos autores acrescentam que, a estratégia diplomática brasileira, baseada no posicionamento do Brasil enquanto grande potência, tem sido bastante pragmática e relevante, possibilitando uma intensificação da presença e influência do país nas organizações e mecanismos regionais e internacionais.

As relações diplomáticas entre Brasil e China, que já somam quarenta anos, são consideradas bastante sólidas – tanto pela cooperação bilateral prolífica como pelo

expressivo avanço comercial entre os dois países, ponto-chave incentivado no contexto da parceria.

Além de fundada em elementos fundamentais, tais como a estabilidade econômica e política de ambos os lados e as convergências em termos diplomáticos e estratégicos, a relação sino-brasileira também é fortalecida pelos fluxos comerciais e pelos interesses políticos, energéticos e tecnológicos comuns. A China reconhece o valor estratégico que o Brasil representa nas questões regionais e internacionais e o Brasil reconhece a importância da China no seu futuro enquanto parceiro comercial e tecnológico. Ainda que alguns autores levantem desafios específicos à relação sino-brasileira, a percepção predominante, cuja formação, ultimamente, tem se tornado mais completa e construtiva, é bastante favorável a essa parceria, sendo que os pontos de vista mais recentes apontam mais benefícios que desafios.

7. Referências.

ABB, Pascal, “China’s Foreign Policy Think Tanks: Changing Roles and Structural Conditions”, WP213/2013, *GIGA Working Papers*.

CHEN, Duqing, “A Relação da Parceria Estratégica Sino-Brasileira no Novo Contexto Internacional”, *Estudos sobre América Latina*, 2009, vol. 31, No. 5.

CHEN, Guangmeng, “O Efeito de *think tanks* na Política Externa Chinesa”, *jornal Revisão de Negócios Estrangeiros*, 2010, vol.1: pp. 57-69.

CHEN, Yingchun, “Ascensão Brasileira e o regionalismo da América do Sul”, *Peace and Development*, 2012, No. 6: pp. 26-31.

HE, Shuangrong, “A Relação Comercial Sino-Brasileira e A Perspectiva do Desenvolvimento da Relação Bilateral”, *Estudos sobre América Latina*, 1995, No.1: P28-33.

HERMANN, Charles F., *The Knowledge Gap: The Exchange of Information between the Academic and the Foreign Policy Communities*. Paper presented at the Annual Political Science Association Meeting Chicago, Illinois, 1971, Sep. 7-11,

JIN, Biao, “A Cooperação Sino-Brasileira dentro da Estrutura Multilateral - da ONU aos BRICS”, *Estudos sobre América Latina*, 2012. No. 2, Vol. 34.

LI, Mingde, “A Relação Sino-brasileira: O Passado, O Presente e O Futuro”, *Estudos sobre América Latina*, 2001, No. 4.

LIANG, Shoude, “As Características Chinesas” no Contexto da Política Internacional”, *Estudos de Política Internacional*, 1994, vol. 13, No. 1.

_____, “A Discussão sobre as Características Chinesas nas Teorias da Política Internacional”, *Estudos de Política Internacional*, 1997, vol. 24, No. 1.

_____, “A Construção das Teorias da Política Internacional da China ”, *Economia e Política Mundial*, 2005, vol. 6, No. 2.

MEN, Honghua, “Relatório de Avaliação de Relações Internacionais da China”, *A Europa*, 2002, vol. 3: pp. 90-111

NIU, Haibin, “A Desindustrialização na Relação Sino-Brasileira”, *Relações Internacionais Contemporâneas*, 2013, No. 5.

QIN, Yaqing, “O Avanço e O Problema de Teorias de Relações Internacionais da China”, *Economia e Política Mundial*, 2008, vol. 11: pp. 13-23.

SUN, Xuefeng, “A Avaliação sobre o Estudo de Teorias de Relações Internacionais na China”, *Revista Acadêmica da Universidade de Relações Internacionais*, 2000, No.1.

WANG, Jun, “A Revisão e Avaliação de Periódicos Acadêmicos Chineses de Relações Internacionais”, *Economia e Política Mundial*, 2011, vol.12: pp. 80-108.

WANG, Junsheng, “A Agenda Diplomática do Novo Governo após a Eleição Presidencial”, *Estudos sobre América Latina*, 2012. No. 6, Vol. 32.

WANG, Yizhou, “O Estudo de Relações Internacionais em Transformação da China”, *Relações Internacionais da China: 1995-2005*, Editora da Universidade de Pequim, 2006, Introdução.

_____, “Uma Avaliação Breve sobre Relações Internacionais da China”, *Estudos sobre Europa*, 2004, vol. 06: pp. 140-149.

YANG, Jiemian, “A Relação China-EUA pós-Guerra Fria: Um Estudo Comparativo da Política Diplomática”, *Editora Xangai Povo*, 2000, pp. 25-42.

YUE, Yunxia, “Brasil, o Bric que Está Desvanecendo”, *Observação Social*, 56-59.

ZHAO, Shuguang, pós-doutorado de RI da Universidade de Tsing Hua, “A Transformação da Diplomacia de *think tanks* da China”, *Jornal Wen Hui*, 26.02.2011, vol.12.

ZHOU, Zhiwei, “O Peso Estratégico do Brasil e a Relação Sino-Brasileira”, *Estudos sobre América Latina*, 2006. No. 3, Vol. 28.

_____, “Os Fatores Internos da Posição Brasileira”, *Estudos sobre América Latina*, 2005, vol. 27, No. 4: 21-25.

_____, “A ascensão do Brasil e o Cenário Internacional”, *Editora Academia de Ciências Sociais*, capítulos 6-9: pp.104-256.

ZUO, Xiaoyuan, “O Brasil e A China: A Fundação e o Aprofundamento da Parceria Estratégica”, *Estudos sobre América Latina*, 2011, vol. 33, No. 2.

7.1 Páginas da internet.

(Último acesso em 08 de agosto de 2014).

1. <http://www.cnki.net/>
2. <http://baike.baidu.com/>
3. <http://www.itamaraty.gov.br/>
4. <http://www.fmprc.gov.cn/>
5. http://pt.wikipedia.org/wiki/Abertura_econômica_da_China
6. <http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2013/11/brasil-e-china-avancam-na-cooperacao-em-ciencia-e-tecnologia>
7. <http://chinatradecenter.com.br/2014/04/academia-de-ciencias-sociais-da-china-aponta-novo-patamar-na-relacao-entre-china-america-latina/>
8. <http://www.centrobrasil.com/>
9. <http://www.cbcde.org.br/>

Anexo I

Nota Metodológica – Fator de impacto:

O Fator de Impacto foi criado em 1960 por Eugene Garfield, e representa a frequência de uma citação em um periódico durante determinado ano ou período, desempenhando papel importante na análise da influência de um periódico acadêmico. Ele é definido pelos estudos estatísticos de 4.700 periódicos (inclusive 3.500 periódicos inscritos por SCI), conforme o número de vezes que são citados, e publicado anualmente no *Journal Citation Reports (JCR)*, que é organizado pelo *Institute for Scientific Information (ISI)-EUA*.

Normalmente, quanto maior a contagem do FI, mais influente e sólido é esse periódico acadêmico.

A apuração do FI se dá da seguinte forma: $IFU = [X(S,T) / Y(S,T)]$ sendo:

U - o ano da avaliação;

X - a frequência total da citação nos dois anos anteriores;

Y - o valor total dos artigos publicados nos dois anos anteriores;

S - dois anos antes do ano da avaliação;

T - um ano antes do ano da avaliação;

Por exemplo, o periódico X: Foram publicados, no total, 165 artigos em 2012 que, por sua vez, foram citados 32 vezes em 2013; em 2011, foram publicados 184 artigos no total, cujas citações alcançaram a marca das 118 vezes em 2013;

Então, o FI de X em 2013 é calculado da seguinte forma:

$$(32+118)/(165+184) = 0.4298$$

Nota metodológica – método de levantamento de artigos nos periódicos:

Dado que pouquíssimos trabalhos são encontrados quando se utiliza a palavra-chave “Brasil” no campo do “título”, decidiu-se pesquisar o país nos nove periódicos (exceto o periódico EAL) por meio do “tema” e “palavra-chave”. Assim, o Quadro 4.5 mostra o resultado que, de modo geral, aumentou a quantidade de artigos ao se alterar os critérios de busca. Há 3 artigos sobre o Brasil quando se faz a pesquisa por “título”, e 27 ao se pesquisar por “tema”. A diferença é mais óbvia no caso do EEM. Segundo o levantamento, estes 27 artigos referem-se ao Brasil no contexto dos “BRICS”, “países emergentes”, “países da América Latina”, “países em desenvolvimento” ou, às vezes, o Brasil é utilizado como um

caso prático de análise, e.g.: “A Definição da Nova Economia e Sua Posição no Sistema Econômico Internacional”.

Anexo I. Resultado Encontrado em Diferentes Condições (9 periódicos).

	EPM	RIC	RAE	RI	FI	EI	EEM	REM	EM	TOTAL
Título	0	0	1	0	1	0	0	1	0	3
Tema	3	4	0	2	2	2	8	3	3	27
Palavra-chave	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2

Anexo II

As Organizações de Intercâmbio Político, Econômico, Cultural China-Brasil.

Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC).

O Conselho Empresarial Brasil-China é uma instituição bilateral sem fins lucrativos formada por duas seções independentes, no Brasil e na China, e dedicada à promoção do diálogo entre empresas dos dois países. O CEBC concentra sua atuação nos temas estruturais do relacionamento bilateral sino-brasileiro, com o objetivo de aperfeiçoar o ambiente de comércio e investimento entre os países.

Instituto Confúcio.

O Instituto Confúcio é uma instituição educacional sem fins lucrativos. Tem como objetivos apoiar e promover o ensino da língua e cultura chinesas, assim como melhorar a compreensão bilateral e a amizade entre os povos, e intensificar a cooperação e intercâmbio na área educacional e cultural.

Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN).

É o mecanismo permanente de mais alto nível entre os governos do Brasil e da China.

Centro Brasil do Instituto de América Latina da Academia de Ciências Sociais da China

(CB-AL-ACSC).

É uma entidade de pesquisa dentro do Instituto de América Latina relacionada exclusivamente ao Brasil. O Brasil sempre é a área predominante de estudos da América Latina e, atualmente, a relação sino-brasileira tem crescido de forma intensificada. O diretor é o ex-embaixador chinês no Brasil.

Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico (CBCDE).

Fundada em 2001, é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos que visa a estimular o intercâmbio comercial entre o Brasil e a China. Promove a aproximação entre órgãos governamentais, entidades de classe e empresários, visando à consolidação das relações comerciais e culturais entre os dois países.

Câmara Comércio e Indústria Brasil-China (CCIBC).

É uma organização independente, sem fins lucrativos, fundada em 1986 com sede em São Paulo. Criada a partir do pedido do ex-vice primeiro ministro da China, Sr. Wu Xueqian.

Anexo III

As tabelas dos dados quantitativos.

TEMA	EPM	RI	EI	RAE	FI	RIC	TOTAL
Estudo de Área	153	258	261	203	313	567	1755
Organização/Regime/Direito Internacional	139	101	104	142	146	141	773
Relações Bi/Multilaterais	48	84	180	88	127	244	771
Segurança	152	71	91	84	113	185	696
TRI	180	118	28	137	152	38	653
Economia	167	24	94	100	66	114	565
Diplomacia Chinesa	41	50	62	166	36	61	416
Sistema Regional/Internacional	99	39	56	39	29	143	405
Estratégia Global	33	34	20	19	18	82	206
Globalização/Governança Global	51	39	17	31	32	36	206
EPI	64	35	14	9	15	25	162
Ambiente/Clima	37	8	14	20	26	23	128
Direitos Humanos/Democracia/Intervenção Humanitária	23	4	14	8	14	17	80
TOTAL POR PERIODICO	1256	656	763	845	818	1494	5832

	China	EUA	Japão	Índia	Rússia	Brasil	Chile	Argentina	México
EPM	264	161	60	11	30	0	0	0	1
RI	182	134	43	11	26	0	0	0	0
RAE	320	115	38	6	19	0	0	0	1
FI	143	179	52	24	41	1	1	0	0
EI	265	191	47	29	39	0	0	0	0
RIC	228	336	96	41	66	0	1	0	1
TOTAL	1402	1116	336	122	221	1	2	0	3

	UE	NATO	BRICS	ANSEA	SCO	ONU	OMC	FMI	APEC
EPM	22	4	0	11	3	16	11	1	2
RI	22	5	0	3	10	8	2	1	1
EI	32	6	1	13	13	16	0	0	1
RAE	20	1	2	17	2	25	3	0	0
FI	50	5	2	11	3	22	4	1	0
RIC	44	8	1	7	6	17	0	1	0
TOTAL	190	29	6	62	37	104	20	4	4

	Europa	África	Ásia	América Latina
EPM	31	19	87	5
RI	31	4	48	4
EI	28	22	66	11
RAE	25	20	83	3
FI	27	12	28	4
RIC	52	31	93	6
TOTAL	194	108	405	33

Anexo IV

Os Eventos Importantes da Relação Política China-Brasil

Fonte: Ministério de Relações Exteriores; artigos; notícias

Data	Evento
------	--------

1974.08	Estabelecimento da relação diplomática.
1978.01	Visita da delegação brasileira à China, celebração do “Tratado Comercial China e Brasil” em Pequim,.
1982.03	O ex-ministro de relações exteriores brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro visitou a China.
1984.05	O Presidente João Figueiredo foi o primeiro dirigente brasileiro a visitar a China.
1984.08	O ex-ministro de relações exteriores da China Xueqian Wu visitou o Brasil. O objetivo da viagem era celebrar o acordo que estabelece consulado geral dos dois países nas cidades de São Paulo e Xangai.
1985.01	O ex-primeiro ministro chinês visitou o Brasil e, ao final do mesmo ano, o Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil visitou a China.
1988.07	O Presidente José Sarney realizou visita oficial à China.
1990.07	O Presidente Shangkun Yang visitou o Brasil.
1992.06	O Primeiro Ministro da China Peng Li visitou o Brasil durante sua participação na Conferência Global de Ambiente e Desenvolvimento no Rio.
1993	O Vice Premiê chinês Rongji Zhu e o Presidente Zemin Jiang visitaram o Brasil, com a intenção de estabelecer parceria estratégica com o país.
1995	O ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso visitou a China e confirmou a parceria estratégica com a China.
2004	Os Presidentes Lula e Jintao Hu encontraram-se no Brasil e na China.
2007.04	O ex-vice ministro de relações exteriores chinês Jiechi Yang visitou o Brasil, para a negociação do mecanismo de diálogo estratégico Brasil - China.
2007.11	Os dois países realizaram a primeiro diálogo estratégico em Pequim.
2009.02	O vice-presidente Jinping Xi visitou o Brasil.
2009.05	Lula visitou a China e celebrou com o governo chinês a “Declaração Conjunta de Aprofundar a Parceria Estratégica Brasil-China”. Com base nisso, a Cosban elaborou o “Plano de Ação Conjunta 2010-2014” para orientar cooperações bilaterais em diversas áreas.
2010.04	Durante a “Conferência dos Brics” e a visita de Hu no Brasil, foi celebrado oficialmente o “Plano de Ação Conjunta 2010-2014” para confirmar a intenção e o mecanismo de cooperações nos cinco anos seguintes.
2014.07	O presidente Xi visitou o Brasil e Participou da Reunião de Cúpula Brasil-China e Líderes da América Latina e do Caribe.

Anexo V

Gráficos sobre o comércio e investimento bilateral

Gráfico 1: Corrente de Comércio entre Brasil e China 2002 e 2013 (US\$ milhões)

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 9 de março de 2014)

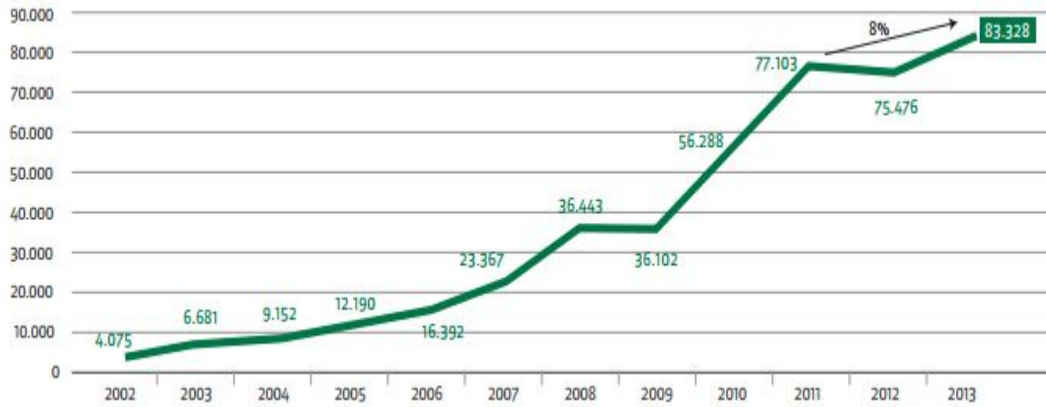


Gráfico 2: Participação do Brasil no Total de Importação e Exportação Chinesas (2001-2011)

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 2 de junho de 2011)

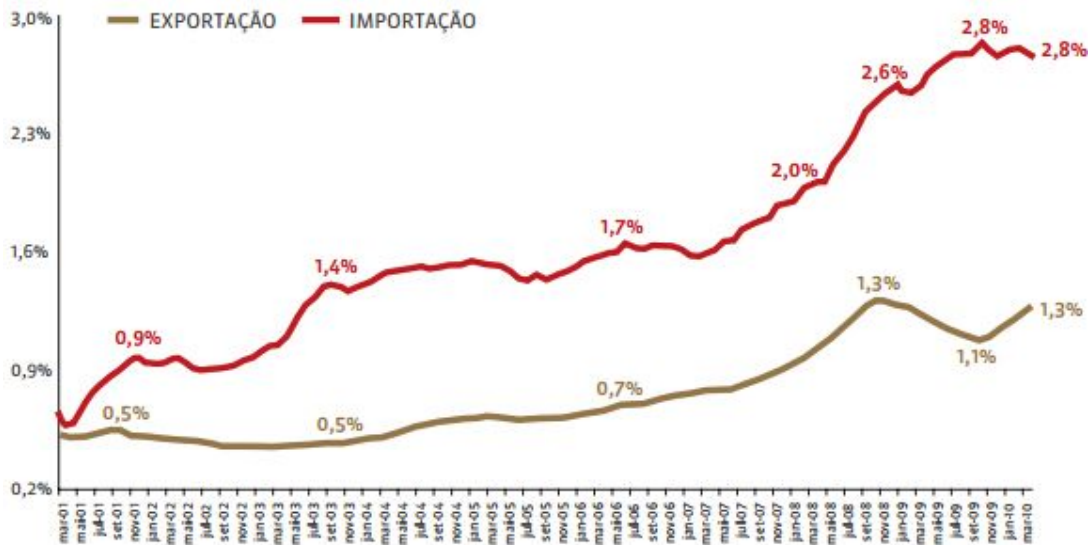


Gráfico 3: Participação de Mercado nas Importações Brasileiras

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 6 de março de 2013)

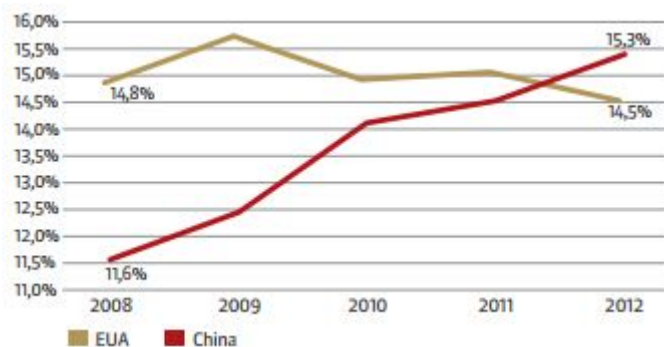


Gráfico 4: Exportação de Aviões para a China

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 9 de março de 2014)

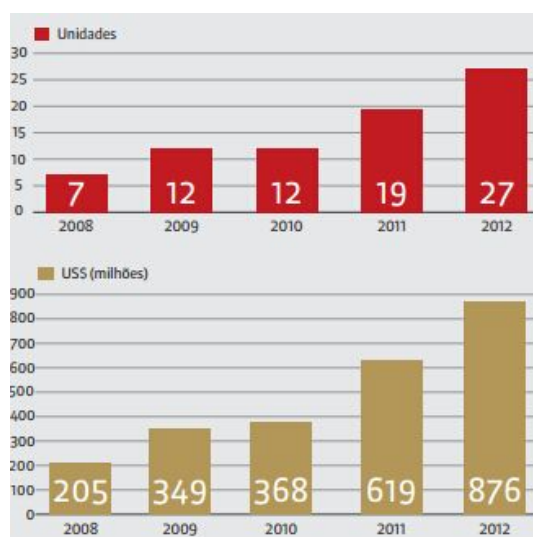


Gráfico 5: Evolução do Volume de Importação de Automóveis (US\$ milhões)

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 3 de outubro de 2011)

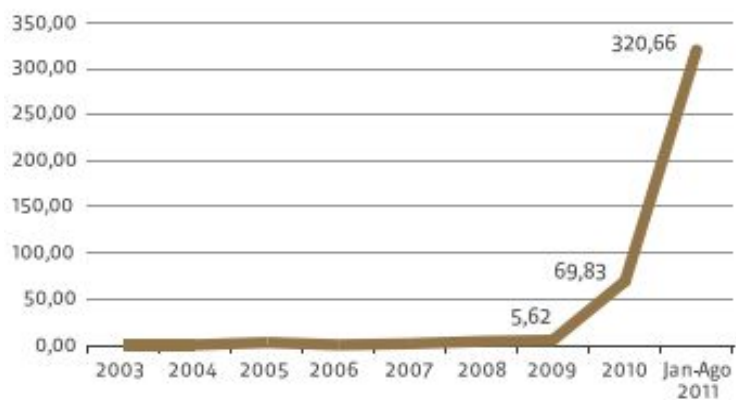


Gráfico 6: Evolução comparativa das exportações de minério de ferro e soja entre 2004 e 2013 (US\$ milhões)

Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 9 de março de 2014)

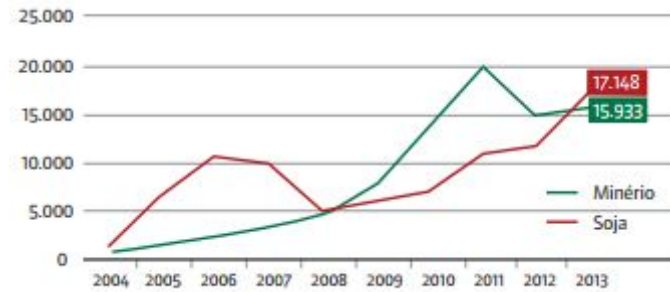
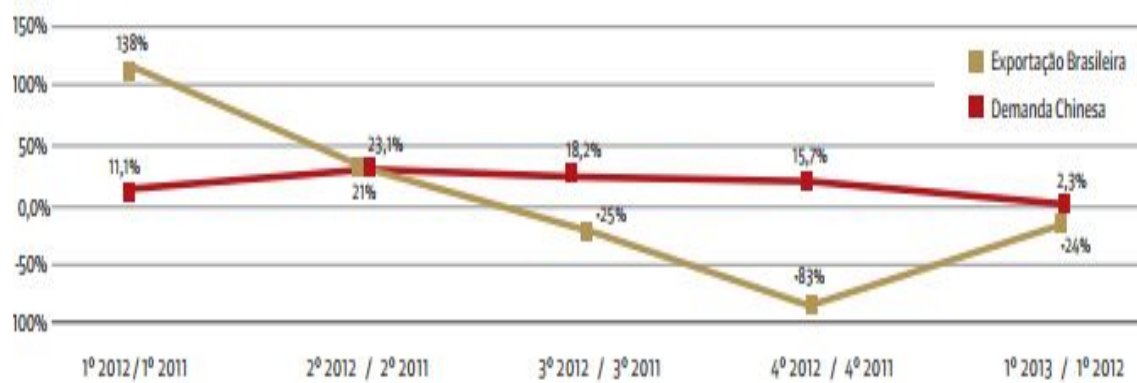


Gráfico 7: Evolução trimestral da variação da exportação de soja frente à demanda chinesa (em kg) Fonte: MDIC. Elaboração: CEBC (edição 3 de outubro de 2011)



Anexo VI

ACORDOS BILATERAIS (2003-2012)

**ADAPTADO PELA FONTE CEBC*

TÍTULO	GOVERNO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
• Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China	Dilma Rousseff	21/06/2012	21/06/2012
• Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	Dilma Rousseff	12/04/2011	12/04/2011
• Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China sobre a criação do Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual no Campo da Subcomis	Luiz Inácio Lula da Silva	16/04/2010	16/04/2010
• Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2010-2012	Luiz Inácio Lula da Silva	16/04/2010	16/04/2010
• Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014	Luiz Inácio Lula da Silva	15/04/2010	15/04/2010
• Protocolo dos requisitos fitossanitários para a Exportação de Tabaco do Brasil para a China entre a Administração Geral de Supervisão de Qualidade,	Luiz Inácio Lula da Silva	15/04/2010	15/04/2010

Inspeção e Quarentena da República Popular da China e do Ministério da Agricultura, Pecuária			
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China sobre condições Quarentena e Sanitária 	Luiz Inácio Lula da Silva	15/04/2010	15/04/2010
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o contínuo fortalecimento da parceria estratégica 	Luiz Inácio Lula da Silva	19/05/2009	19/05/2009
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de entendimento entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Popular da China sobre petróleo, equipamentos e financiamento 	Luiz Inácio Lula da Silva	19/05/2009	19/05/2009
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo sobre cooperação em energia e mineração 	Luiz Inácio Lula da Silva	19/02/2009	19/02/2009
<ul style="list-style-type: none"> • Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de construção 	Luiz Inácio Lula da Silva	05/06/2006	22/11/2006
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de entendimento entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e a administração estatal da Silvicultura da República Popular da China sobre cooperação em conservação da 	Luiz Inácio Lula da Silva	13/10/2005	13/10/2005

Biodiversidade Florestal			
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de entendimento sobre cooperação na área de proteção ambiental entre o Ministério do Meio Ambiente da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Proteção Ambiental da República Popular da China 	Luiz Inácio Lula da Silva	17/08/2005	17/08/2005
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de carne de aves exportados do Brasil para a República Popular da China 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Termoprocessada exportado da República Popular da China para a República Federativa do Brasil 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Cooperação no Sistema de Aplicações CBERS 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimento 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo complementar ao acordo quadro entre os governos do Brasil e o Governo da República Popular da China sobre cooperação em aplicações pacíficas de ciência e tecnologia do espaço exterior para cooperação no sistema de aplicações CBERS 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004

<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de entendimento entre o Ministério do Turismo do Brasil e a Administração Nacional de Turismo da China na facilitação de viagens de grupos de turistas chineses ao Brasil 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias da carne a ser exportada do Brasil para a China 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Suína Termoprocessada a ser exportado da República Popular da China para a República Federativa do Brasil 	Luiz Inácio Lula da Silva	12/11/2004	12/11/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Ajuste complementar sobre saúde e ciências médicas ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo do Brasil e o Governo da China 	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	24/05/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Administração Geral do Esporte do Estado da República Popular da China 	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	24/05/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de Entendimento sobre Cooperação Hidroferroviária 	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	24/05/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de Entendimento sobre a Cooperação para o Desenvolvimento de um Sistema de Aplicações para o Programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres 	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	24/05/2004
<ul style="list-style-type: none"> • Memorando de Entendimento entre o 	Luiz Inácio Lula	24/05/2004	24/05/2004

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e a Administração Geral para Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da China na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de produtos alimentares	da Silva		
• Ajuste Complementar sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde (ao Acordo de Cooperação Ciência e Tecnologia)	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	24/05/2004
• Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o estabelecimento da comissão Sino-Brasileira de alto nível de concertação e cooperação	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	12/07/2004
• Acordo para concessão e flexibilização de vistos para empresários.	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	24/06/2004
• Acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da China sobre isenção de vistos para portadores de passaportes diplomático, Oficial e de serviço	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	10/08/2004
• Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre assistência judiciária mútua em matéria penal	Luiz Inácio Lula da Silva	24/05/2004	26/10/2007